



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**AFRICANISMOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**  
Uma proposta de redução didática para o ensino médio

Thamiris Thiciane de Souza Oliveira

Rio de Janeiro  
2021

THAMIRIS THICIANE DE SOUZA OLIVEIRA

AFRICANISMOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO  
Uma proposta de redução didática para o ensino médio

Monografia submetida à Faculdade de Letras  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciado em Letras na habilitação  
Português/ Literaturas .

Orientador: Prof. Doutor. Afranio Gonçalves Barbosa

RIO DE JANEIRO

2021

OLIVEIRA, Thamiris Thiciane de Souza.

Africanismos no português brasileiro: uma proposta de sequência didática para o ensino médio/ Nome e sobrenome do autor. – 20  
59f.

Orientador: Afranio Gonçalves Barbosa.

Monografia (graduação em Letras habilitação

Português – Literaturas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 57-59.

1. africanismo. 2. português brasileiro. 3. redução didática.  
I OLIVEIRA, Thamiris Thiciane de Souza II -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, (2021) III. Título.

*Dedico esta monografia aos africanos aqui  
escravizados e a todos os seus descendentes.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus, pela minha vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

À minha primeira professora, minha mãe, Ana Valéria, que aos quatro anos de idade me alfabetizou, guiando-me sobre as minhas primeiras letras, as quais dou prosseguimento hoje, se não fosse ela e sua persistência talvez, hoje, esse sonho não seria possível.

Ao meu irmão, Marco, pelo companheirismo e pelo apoio nesses anos de estudo.

Ao meu orientador professor Afranio G. Barbosa, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e ter desempenhado tal função com dedicação, paciência e amizade.

À professora Alessandra Fontes, minha orientadora no curso de extensão *Eu, escritor...*, por sempre estar presente e pelo apoio técnico prestado durante todo o desenvolvimento do projeto.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e todos os seus professores que sempre proporcionaram um ensino de alta qualidade.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

LAs	Línguas africanas; línguas nigero-congolesa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LP	Língua Portuguesa
PB	Português brasileiro
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Português europeu
PNLD	Programa Nacional do Livros e Material Didático
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Rotas da escravidão – ciclos do tráfico .....	22
Mapa 2 - Mapa etnolinguístico africano no Brasil .....	28

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	12
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	20
4. METODOLOGIA .....	31
4.1. Levantamento de bibliografia que trata do contato entre PB e LAs.....	31
4.2. Busca do conteúdo dos aprovados do PNLD.....	34
4.3. O corpus .....	35
4.3.1. Processo de seleção e formação do <i>corpus</i> .....	35
5. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	39
5.1. Descrição dos livros selecionados .....	39
5.2. Análise do <i>corpus</i> .....	42
6. PROPOSTA DE REDUÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO MÉDIO .....	45
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	57



## 1. INTRODUÇÃO

A especificidade do português brasileiro tem sido alvo de diversas pesquisas desde a metade do século XIX. O debate sobre a diferenciação linguística do português do Brasil em relação à língua falada em Portugal ganhou relevância no século XX, no intuito de buscar entender tamanha diferença que separa essas duas variantes da língua portuguesa, não somente a nível fonológico e lexical, mas fatos linguísticos e extralinguísticos que pudessem justificar a especificidade do português brasileiro (doravante PB), o que fez com que as pesquisas se voltassem para o processo formativo do PB, considerando aspectos sócio-históricos.

Diante de tal contexto, observou-se que, no período de colonização, a língua portuguesa concorria com as línguas ameríndias dos povos autóctones, até o século XVII, e com as línguas transplantadas em solo brasileiro através do tráfico transatlântico, as línguas negro-africanas da região subsaariana, foco do nosso trabalho. Sendo assim, a miscigenação linguística proporcionada por um corpo social pluriétnico e multilíngue resultou em um idioma rico e variado de identidade única, o português brasileiro.

A maioria dos estudos na área de contato linguístico entre o português e as línguas africanas (doravante LAs) focou-se apenas em um processo de empréstimo lexical, criando assim uma lacuna na literatura científica, que foi preenchida no decorrer do século XX, por diversas pesquisas na área, muitas baseadas nas hipóteses de “influência”, “crioulização” e “transmissão irregular”, que tiveram por objetivo identificar o impacto dos aportes africanos no português brasileiro.

Ao considerar um contato linguístico duradouro, por volta de cinco séculos, e intenso é de se esperar que a interferência das línguas negro-africanas no português brasileiro extrapolasse o nível léxico e se estendesse também a outros níveis linguísticos: fonológico, morfológico, semântico e sintático. Tais conhecimentos encerram-se no estudo da academia, o que proporciona o hiato entre os estudos acadêmicos e a educação básica. Sendo assim, este trabalho centra-se em analisar a contribuição das LAs na formação do PB, além de refletir a respeito do hiato existente entre as pesquisas acadêmicas na área de aplicação à educação básica e o conhecimento do processo formativo e evolução do português brasileiro. Em especial às contribuições histórico-sociais e lexicais das línguas africanas.

A renovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação não foi o suficiente para que tais conhecimentos chegassem à educação básica, com sua renovação, tornou-se obrigatória, em 2003, a inserção nos currículos da educação básica a história da África e dos africanos, em

2008, temos a inserção dos indígenas, de conformidade com as leis torna-se importante entender a dimensão das culturas africanas e indígenas na constituição do povo brasileiro, inclusive nas práticas de ensino de língua portuguesa. De acordo com o Programa Nacional do Livro e Material Didático -PNLD, “[...]a disciplina de Língua Portuguesa não pode estar afastada desse processo de reconhecimento e valorização dos povos que formaram e formam a sociedade brasileira.” (BRASIL, 2018, p.11). A existência da Lei nº 11.645/2008 não foi o suficiente para trazer às salas de aula o conhecimento formativo de nossa língua, os contatos linguísticos que ela atravessou e quais os impactos desses para a língua que hoje falamos, tais reflexões a esse respeito podem ser encontradas na seção 2. *Considerações iniciais*.

Sendo a língua, elemento inerente à cultura e à sociedade, como inserir a valorização dos povos de matriz africana e indígena, sem apresentar suas contribuições para o português brasileiro, a própria lei, Lei nº 11.645, ao considerar que a história e a cultura desses povos serão ministradas nas áreas de educação artística e de literatura e história do Brasil, fomenta a lacuna entre o conhecimento acerca da contribuição do contato entre língua para a formação do português brasileiro e o seu alcance na educação básica, no que tange ao ensino de língua portuguesa. Tal aplicabilidade não se torna nem válida no ensino de literatura, visto que o levantamento de livros didáticos aprovados pelo PNLD, no ano de 2018, apresenta uma tentativa, que podemos considerar falha, de adequação dos livros ao exigido por lei, como poderemos ver na seção 5. *Análise de corpus* deste trabalho. O *corpus*, embora composto por livros aprovados pelo PNLD, não apresenta um conteúdo que abranja por completo a Lei nº 11.645, a aplicação desta apresenta-se falha, pois, no que tange à literatura, disciplina que a lei aborda, poucos são os textos que abordam à cultura africana, afro-brasileira, além de quase silenciar a presença indígena, no que diz respeito ao ensino de língua nada é mencionado a respeito da contribuição desses povos para sociolinguística brasileira.

Sendo assim, a seção 4. *Metodologia* explicita o processo de levantamento de bibliografia que aborda o contato entre o português brasileiro e as línguas africanas, tal levantamento apresenta livros, artigos publicados entre os séculos XIX e XX. Esta seção também apresenta a coleta do *corpus* que compõe este trabalho, o PNLD 2018 aborda esses livros como adequados à lei, porém temos em seus conteúdos livros didáticos que abordam superficialmente a história e a cultura dos africanos, afro-brasileiros e, sobretudo, indígenas a partir de textos de variados gêneros, nem consideram o contato de línguas, LAs e PB um tema a ser abordado.

Assim, torna-se essencial a difusão do conhecimento a respeito do contato de línguas no processo formativo do PB, para que assim o estudante, o falante em si, possa refletir

sobre a língua, tendo ciência dos aspectos linguísticos e extralinguísticos que contribuíram para especificidade do nosso idioma. Na seção 3. *Revisão Bibliográfica* são abordados estudos referentes à constituição do PB a partir do contato deste com as LAs, atentando a aspectos sócio-histórico-culturais e de natureza linguística que propiciaram a interferência de LAs no PB.

Atentando-se ao supracitado, como trazer para a educação básica, para o ensino de língua portuguesa, as contribuições linguísticas dos africanos na formação do português brasileiro? Embora a Lei nº 11.654 tenha indicado que os conteúdos envolvendo povos africanos e indígenas restringe-se às disciplinas de educação artística, literatura e história, não considerando a importância desses povos, em especial o africano para a sociolinguística brasileira. Como trazer às salas de aula uma temática tão importante sem o auxílio de materiais didáticos?

Incluir uma reflexão sobre a história do português brasileiro na sala de aula de língua portuguesa, com destaque para as contribuições das línguas africanas, será um trabalho exercido pelo docente. Assim, caberá ao professor introduzir esse conhecimento, apresentar aos discentes o panorama da constituição sociolinguística brasileira, a partir da introdução à história da língua portuguesa com ênfase no processo formativo do português brasileiro e suas implicações para o português falado em nosso território, na seção 6. *Redução didática para educação básica* será apresentada uma redução didática que tem por objetivo introduzir os estudos acadêmicos referente ao tema na educação básica, especificamente no 1º ano do ensino médio, ainda que seja um trabalho introdutório, é uma tentativa de ligar o conhecimento da academia ao ensino de língua portuguesa na educação básica.

Tal trabalho tem por objetivo abordar os aspectos sócio-históricos-culturais que influíram na formação do PB, abordando as principais hipóteses sobre a especificidade do PB, apresentando resumidamente aspectos fonéticos-fonológicos e morfossintáticos oriundos da influência da linguística africana em nosso idioma, abordando, por fim, o sistema léxico com o objetivo de eliminar o estigma que os vocábulos de origem africana se restringem à culinária e à religião. O objetivo do trabalho é fazer com que os discentes compreendam a importância dos negros para a nossa língua.

## 2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O português sul-americano e o português europeu (doravante PE) são conhecidos por se diferenciarem fonologicamente. Portugal e Brasil, oficialmente, comungam o mesmo idioma. Sendo assim, como explicamos tamanha diferença? O que fez o português europeu se diferenciar do português brasileiro?

Ao longo de sua história, como uma língua viva, o português atravessou vários períodos de contato linguístico, fato esse que se encontra expresso, especialmente, em seu sistema léxico, “a história externa da língua, ou seja, a história dos contactos da população de língua portuguesa, a partir do romance lusitano, com as mais variadas nações aloglotas.” (CAMARA, 1979, p.189). Entre todas as nações que historicamente estiveram em contato com a língua portuguesa, destacamos as indígenas e as africanas. Embora o português quinhentista tenha sido a língua de maior prestígio no período da colonização, a língua portuguesa não era exclusiva, concorria com os falares indígenas e africanos, tornando-se, apenas em 1578, a língua oficial do país, a tal recebe *status* de grande importância devido à influência colonizadora, porém mesmo sendo a variante de maior prestígio é inegável que o contato entre indígenas, lusitanos e negros-africanos resultou num processo espontâneo de renovação léxica do português em terras brasileiras.

Para adentrarmos no ponto principal, sendo esse a importância da influência das línguas negro-africanas no processo formativo do português brasileiro (doravante PB), faremos um breve relato dos aspectos histórico-linguísticos da língua portuguesa (doravante LP) no território brasileiro. No que diz respeito às influências das línguas dos povos originários da terra, embora essas possuam maior destaque que as línguas africanas, não somente relativo à quantidade de estudos dedicados a essas, como também no que diz respeito ao reconhecimento de suas influências no PB, possuindo maior conhecimento dos falantes, suas influências são mais perceptíveis para os interlocutores brasileiros.

Mesmo que as línguas indígenas, línguas do tronco Tupi, tenham servido de superstrato para a língua geral, língua franca do Brasil Colônia, tais influências linguísticas desempenham um papel menos significativo do que as negro-africanas na constituição da realidade sociolinguística brasileira, limitando-se a topônimos e antropônimos, suas influências não excedem ao nível léxico. Os tupinismos, assim denominado por Matoso Camara (1979), podem ser encontrados, por exemplo, nas designações do mundo vegetal, especialmente plantas nativas

brasileiras, e do mundo animal, além de ser encontrado na língua cotidiana dos brasileiros, entre outros.

Já as línguas africanas (doravante LAs), oriundas da África Subsaariana, região banto e iorubá, suas influências na formação do português brasileiro são mais expressivas, possuindo assim raízes mais profundas, atingindo vários níveis linguísticos: fonológico, morfológico, semântico, lexical e sintático. Logo, o português brasileiro é o resultado da confluência das matrizes linguísticas: europeia, ameríndias e africanas.

Tendo a variante africana uma influência tão expressiva na formação do nosso português, contribuindo massivamente para o nosso “legado linguístico-cultural”. Sendo assim, como o interlocutor brasileiro, em geral, desconhece tal influência ou acredita que a herança linguística africana está restrita a uma quantidade pequena de vocábulos relacionados, especialmente, à culinária ou a manifestações religiosas. Tal informação nos faz questionar como tais influências se refletem no ensino de língua portuguesa na escola. Sendo assim, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, documento oficial que orienta o sistema educacional do país, trata, no ensino, sobretudo na educação básica, a questão da influência africana na construção sociocultural brasileira?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, até o ano de 2003 não continha em seu texto expresso nada que abarcasse as influências dos povos africanos e muito menos indígenas no processo formativo da nação brasileira, o currículo oficial negava acesso a tais conhecimentos fundamentais para entendermos a nossa identidade cultural, porém, em janeiro de 2003, a Lei nº 9.394/1996 é modificada pela Lei nº 10.639, fruto da reivindicação do Movimento Social Negro, passando, assim, a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e africana”, nos currículos da educação básica, deveria consistir a história da África e dos africanos, assim como a cultura afro-brasileira, abrangendo a contribuição destes povos para as diferentes áreas que dizem respeito à história do Brasil.

Entretanto, atentando-se à diversidade social, vários povos fazem parte da identidade do Brasil, sobretudo, os indígenas, autóctone das terras brasileiras, reconheceu-se, em 2008, a necessidade do respeito e do reconhecimento à cultura indígena, assim como aconteceu com a africana, foi promulgada a Lei nº 11.645, que complementou a Lei nº 10.639 alterando a redação do artigo 26 – A, acrescentando, ao lado do grupo étnico dos negros, o estudo sobre os indígenas. Assim, a lei passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o **negro** e o **índio** na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas **social**, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de **literatura** e história brasileira. (BRASIL, Lei nº 11.645/08, grifo nosso)

A lei é fruto do reconhecimento da importância, assim como da exclusão desses povos. Reconhecimento da importância da história e da cultura de matrizes africana e indígena na constituição da nação brasileira, mas também é o fruto da exclusão desses povos nas dimensões educacionais oficiais, anteriormente nunca mencionados em nenhum aspecto da sua importância na história e cultura brasileira, a não ser por uma visão eurocêntrica. Assim sendo, necessita-se discutir como se dá a abordagem da lei, como tal temática é abordada no ensino-aprendizagem de língua portuguesa, sobretudo, no que tange ao contato linguístico entre LAs e PB na constituição do português brasileiro, se a temática se restringe à literatura ou abarca o ensino de língua, tendo como base os livros didáticos, aprovados pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), sendo esses um instrumento muito utilizado em salas de aula.

Considerando a necessidade de discutir a aplicabilidade da lei na disciplina de Língua Portuguesa, pretendendo discutir, especialmente, a presença das influências linguísticas de matriz africana no processo identitário do português brasileiro, visto que o ensino de português não pode se distanciar desse processo de reconhecimento e valorização dos povos que formaram a nossa sociedade, os africanos e os indígenas, com isso, em nossa metodologia, buscamos investigar a aplicação dessa lei, tendo como principal objetivo revelar em que medida ou se há ocorrência nos livros didáticos de português a abordagem da temática supracitada, nos livros de Língua Portuguesa para o Ensino Médio.

Nosso *corpus* de análise está voltado para três livros aprovados pelo PNLD 2018, são esses: *Português: contexto, interlocução e sentido*; *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso* e *Língua Portuguesa: linguagem e interação*, ambos volume 1, volume dedicado ao primeiro ano do ensino médio. Constatamos que os textos presentes nos livros didáticos analisados abordam superficial e minimamente a história e a cultura dos africanos, afrodescendentes e, sobretudo, indígenas. Além disso, a abordagem das influências africanas

restringe-se à área da literatura, trazendo texto de literatura africana em língua portuguesa e literatura afro-brasileira. Sendo assim, o ensino de língua portuguesa não reflete a significativa contribuição africana no que tange à língua para formação do português brasileiro, mesmo que essa temática seja consideravelmente estudada na academia.

Sendo assim, a não inserção dessa temática no ambiente de sala de aula, nos faz levantar alguns questionamentos, entre os quais destaca-se: Sabendo-se de estudos linguísticos que se debruçam sobre a temática da importância das línguas nigero-congolesas para a formação do português brasileiro, mesmo com a existente da lei supracitada, por que a escola, no nosso caso, o ensino de língua portuguesa, não aborda nas aulas de língua, tais estudos? Por que a escola não aborda em seu conteúdo programático a contribuição do contato entre línguas (LAs sobre português) para a formação do português brasileiro?

Mesmo com a LDB modificada, sua modificação voltada para um ensino voltado ao reconhecimento da pluralidade da cultura brasileira, propondo-se uma ruptura crítica em relação ao eurocentrismo, a escola ainda alimenta o imaginário eurocêntrico, quando, mesmo sabendo das diferenças que distanciam o PB do PE, não inserem em seu currículo programático o ensino de história da língua portuguesa que abrange as influências das línguas negros-africanas tiveram sobre o português brasileiro.

Assim, a lei de diretrizes e bases escolares a LDB contribuiu em parte para difusão desse pensamento, Souza (2009, p.57) faz um breve apontamento a respeito da lei, em suas palavras: “A própria lei, no entanto, incorre num lapso sem tamanho, determinando que tais conteúdos devem ser ministrados nas áreas de educação artística, literatura e história, esquecendo-se de indicar esse ensino nas aulas de língua portuguesa.” Assim como mencionado por Souza (2009) a própria lei promove e fomenta o não conhecimento da contribuição africana para o nosso português, colaborando para um pensamento limitado a respeito da relação entre tais línguas, tendo como resultado, em relação aos interlocutores, um parco conhecimento sobre tal contribuição, fomentando e perpetuando um pensamento de que a contribuição das línguas africanas se dá apenas pela inserção de poucas palavras e expressões usadas nos cultos religiosos. Souza (2009), ainda sobre a fragilidade da lei, completa:

[...] pode-se compreender que não há como estudar a participação do negro na formação da nossa sociedade, sem abranger, de maneira séria e compromissada com o processo de ensino/aprendizagem, a considerável influência dos africanos e seus descendentes num dos aspectos de nossa cultura que nos faz tão ímpares: a língua. (SOUZA, 2009, p.57)

Ou seja, como inserir a participação do negro-africano na sociedade brasileira, sua importância para o nosso legado sociocultural, sem mencionar sua importância na construção identitária de nossa língua, visto que “língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente, constituem, na verdade, um único processo complexo [...]” (BARBOSA 1981, p. 158 *apud* ARAGÃO, 2011, p.8). Sendo assim, o estudo da língua não pode ser desassociado da cultura, então, o negro-africano teve um papel importante em nossa cultura? SIM! Considerando o apontamento de Barbosa (1981 *apud* ARAGÃO, 2011, p.8) como estudar a presença e importância do africano em nossa história, senão consideramos sua importante contribuição linguística. Atentando-se ao tempo de exposição, aproximadamente três séculos de contato direto entre o português e as línguas africanas aqui faladas no período de colonização, é inegável que uma língua não tenha interferido na outra, tamanha integração entre as línguas que se pode acreditar em processo bidirecional, uma africanização do português e um aportuguesamento das línguas africanas.

Sendo assim, a língua, sobretudo o léxico, marca mais visível em processo de um contato linguístico, encontra-se relacionada à história, à tradição, aos feitos e aos costumes de um povo, sendo representante do universo de uma sociedade, cercear tal conhecimento, referente à influência que o português sofre das línguas africanas, de nossos estudantes é apresentá-los a um conhecimento fragmentado. Tal fato nos faz questionar: Qual a dificuldade de se inserir na sociedade o tratamento “isento”, científico, do contato linguístico entre as línguas africanas e a língua portuguesa no Brasil?

Assim, o relativo silenciamento sobre a influência das línguas africanas sobre o português brasileiro é fruto das raízes impositoras do colonialismo do século XV.

Se as vozes dos quatro milhões de negro-africanos que foram trasladados para o Brasil ao longo de mais de três séculos consecutivos não tivessem sido abafadas na História do Português Brasileiro, por descaso ou preconceito acadêmico, não haveria mais dúvida, por parte de linguistas e filólogos, de que a consequência mais direta do tráfico da África Subsaariana para o Brasil foi a alteração da língua portuguesa na antiga colônia sul-americana. (CASTRO, 2011, p.1)

O preconceito acadêmico mencionado por Castro (2011) encontra-se intimamente ligado ao racismo científico mencionado por Almeida (2019, n.p.), fundamentado no determinismo biológico, considera que “a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o



surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência”, o qual, no século XIX, reverbera nos meios acadêmicos e políticos. Sendo assim, o indivíduo negro não era reconhecido como ser humano, portanto, incapaz de pensar. Essa era uma das tecnologias do colonialismo, baseado na concepção de raça, algo que antecede ao racismo, sendo esse uma forma de discriminação que tem a concepção de raça como alicerce, a raça era uma tecnologia de poder para a submissão e destruição da população não branca, demonstrando assim o conceito de supremacia racial, nesta concepção haveria a existência de uma raça superior e uma inferior, sendo a superior o colono, o homem europeu, tido como homem universal, inferior os povos colonizados, neste caso a população negra escravizada. A escravidão assim foi justificada por teorias que tinham os negros como raça inferior, a colonização das Américas foi pautada no racismo estrutural.

Atentando-se a este contexto, essa desumanização, sendo o negro-africano tido como um ser bestial, podemos dizer que o não reconhecimento, o negacionismo a importância das influências das línguas africanas é fruto de uma sociedade constituída em bases racistas, o racismo encontra-se a nível estrutural e institucional. A literatura referente à temática do racismo trata o racismo estrutural e institucional como sinônimos, Almeida (2019, n.p) diferencia-os, pois, segundo ele, descrevem fenômenos diferentes. Silvio resume o racismo estrutural da seguinte forma: “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, de modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.” (ALMEIDA, 2019, n.p.). Ou seja, o racismo encontra-se no cerne da sociedade, sendo uma herança do período escravocrata.

Sendo assim, o racismo institucional seria a materialização de uma estrutura social racista, as instituições, como Estado, escola, família, institucionalizam os interesses do grupo dominante, moldando o comportamento humano, assim “[...] isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório de conjunto da sociedade.” (ALMEIDA, 2019, n.p.), então, as instituições são essenciais para consolidação dos interesses do grupo dominante, pois reproduzem a ordem social. Sendo a escola uma das mais importantes instituições de uma sociedade, “a escola, que, ao longo da história, sempre serviu aos interesses dos grupos dominantes – escondendo muitos fatos e inventando outros tantos –, impedindo o acesso de seus alunos ao capital cultural, numa ação de evidente violência simbólica” (cf. BOURDIEU, 1998 *apud* SOUZA 2009, p.60).

Em uma sociedade racista, na qual o racismo é visto como algo “normal”, as instituições reproduzem, direta ou indiretamente, as práticas racistas cotidianas, em forma de violência

explícita ou violência simbólica, entre as quais destaca-se o silenciamento. No que diz respeito à temática deste trabalho, podemos dizer que as lacunas presentes no que tange ao apagamento da contribuição linguística de matriz africana estão intimamente ligadas ao racismo estrutural e institucional presentes até hoje em nossa sociedade, mesmo que tal explicação possa ser elucidada por meio linguístico, ainda assim temos um ensino ideológico, excludente, no qual o racismo instrumentaliza escolhas com base nos seus pares. Sendo a variante colonizadora, a de maior prestígio, essa é ensinada como a única língua possível, uma língua “pura”, como se ao longo dos anos mesmo em contato com outras línguas, no Brasil escravocrata, conhecimento não muito difundido na educação básica, a língua de Portugal encontra-se inalterada.

Reconhecer a participação das línguas africanas na formação do português nacional, é reconhecer o negro africano como um personagem falante e ativo em uma comunidade a qual o desqualificava e tratava-o como mero objeto. Tal reconhecimento romperia os diversos mitos e estereótipos que englobam a figura do negro, não somente no período denominado modernidade, especialmente na época da escravidão, bem como na contemporaneidade, fomentados por teorias científicas de séculos passados, porém que reverberam até hoje. Mesmo após a escravidão, a figura do negro ainda assim encontrava-se negativada, visto que após sua libertação não foi realizado nenhum plano de ressocialização para esse, ao contrário, houve uma tentativa, ainda presente hodiernamente, de negar sua importância na história do Estado brasileiro, sua contribuição econômica, por três séculos os africanos e seus descendentes foram a força de trabalho desse país, mantenedores da economia, entre outras contribuições.

O negro e seus descendentes foram colocados à margem da sociedade, tomemos, por exemplo, a mulher negra, que após a colonização, e mesmo nela, foi hiperssexualizada, porém a mulher negra, na função de “mãe-preta”, teve uma atuação socializadora no processo linguístico, no seio familiar colonial, não somente cuidando e alimentando os filhos de seus donos, mas também ensinando-os a falar, com o seu jeito próprio de falar o português, um falar mais suave comparado ao português falado em Portugal, bantuísmo lexicais como a palavra “caçula” para designar o “filho mais jovem”, comprovam a influência sociolinguística da mulher negra, sendo assim, foi na casa-grande que o *sinhôzinho* aprendeu com a mãe-preta léxicos relacionados às relações pessoais ligadas à afeição, como xodó, dengo, cafuné, entre outros.

Os aportes resultantes da contribuição linguística africana encontram-se em todos os planos da língua: fonético-fonológico, morfossintático, léxico-semântico. Como exemplo, no plano fonético fonológico temos conservação da estrutura silábica aberta (CV); a iotização da líquida palatal [λ] (muié); apócope; entre outros fenômenos, alguns desse fenômenos atribuídos

à influência das línguas negro-africanas são contestadas por alguns estudiosos que coloca em dúvida sua efetiva participação nesses processos linguísticos, preferindo creditá-los ao conservadorismo da própria língua portuguesa, heranças do latim vulgar.

No que diz respeito a algumas características morfossintáticas destacam-se a ausência da marca de concordância; o uso do pronome reto em lugar do acusativo, entre outros. No plano léxico-semântico, foco deste trabalho, temos palavras e expressões idiomáticas de étimo africano. Referente à escolha pelo trabalho lexicográfico tem por finalidade traçar um retrato linguístico, buscando refletir sobre a história da língua portuguesa no Brasil, destacando a importância da contribuição linguística de matriz africana para formação de nossa língua, por mais que existem divergências teóricas sobre a temática, este trabalho busca debruçar-se sobre as correntes teóricas que creditam o caráter identitário do português nessa influência, tendo como objetivo criar uma ponte, mesmo que prototipicamente, entre os estudos elaborados na academia e a educação básica, desenvolvendo, assim, uma proposta didática para o primeiro ano do ensino médio.

Desse modo, verificamos que mesmo com a existência da lei, pelo menos no que diz respeito à disciplina de português, considerando a produção didática, não temos uma inserção dessa temática de maneira incisiva, ainda existem falhas na abordagem da temática, a própria lei comete um equívoco ao limitar a inclusão do estudo da história e a cultura africana e afro-brasileira ao ensino de literatura. Sendo assim, cabe aos professores implementarem nas aulas de português o ensino de história da língua portuguesa, apresentando ao alunado a significativa contribuição dos africanos e dos seus afrodescendentes na formação de nossa língua, o aluno poderá compreender quem somos linguisticamente, entender o que torna o português brasileiro tão característico, em comparação ao português falado em Portugal.

### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir do século XIX, estudiosos atentaram-se à diferenciação linguística do Brasil em relação à língua falada em Portugal. Tais pesquisadores se dedicaram à especificidade do português brasileiro (doravante PB), em especial o domínio vocabular, que voltou a atenção dos estudiosos para os africanismos presentes na língua falada em terras brasileiras, sendo esse uma das principais diferenças identificadas, entre o português falado no Brasil com o de Portugal.

A relação entre o PB e as línguas africanas (doravante LAs), ora negada, ora afirmada, foi fruto de um amplo debate no século XX, a discussão a respeito da presença africana na língua portuguesa (doravante LP), falada no Brasil, apresentou um novo viés, ratificada em três principais concepções: “influência”, “crioulização” e “transmissão irregular”. Os estudos desse século atentaram-se que a influência das línguas negro-africanas não era tão superficial, que essa não se restringia aos empréstimos lexicais, o contato entre LAs e PB, com os fenômenos de interferência, expandiu-se a gramática, atingindo a diversos planos linguísticos do português brasileiro, sendo esses: fonológico, semântico, prosódico, sintático.

As discrepâncias entre o português europeu (doravante PE) e o português americano poderiam ser explicadas pelo contato que a LP teve com as línguas indígena e africanas, considerando em especial a participação do léxico de origem africana, além de aspectos fonológicos, os estudiosos para elucidar os caminhos que levaram à constituição do PB, em especial a inserção do componente africano na língua, atentaram-se a aspectos sócio-histórico-culturais, além de procurar entender a conjuntura de ordem socioeconômica, tráfico transatlântico e de natureza linguística que favoreceram a interferência de línguas africanas no PB. Para tanto serão abordados teóricos como Yeda Pessoa de Castro, Emilio Bonvini, José Tinhorão, entre outros, para melhor elucidar a influência/permanência do léxico africano no PB.

O conhecimento relativo às questões sócio-histórico-culturais, em especial as de ordem socioeconômica, são essenciais para compreendermos a realidade linguística brasileira atual, bem como sua formação histórica, pois a partir desse poderemos traçar um mapa linguístico para conhecermos a natureza linguística dos povos importados para o território brasileiro. Essas informações relativas às origens étnicas dos africanos introduzidos no Brasil pelo tráfico transatlântico são importantes para sabermos como e quais línguas africanas foram introduzidas no idioma brasileiro. Pois, de acordo com Bonvini (2014), o continente africano contém quase

um terço das línguas mundiais, as línguas africanas seriam aproximadamente 2000, divididas em quatro grandes troncos ou filios: Níger-Congo (1465 línguas), Afro-asiatic (353 línguas), Nilo saharian (197 línguas) e Khoisan (22 línguas). Sabendo-se da diversidade linguística africana, como saber quais línguas foram inseridas em nosso território?

Embora não se tenha documentos relativos à importação de africanos escravizados no Brasil, pois, segundo Mendonça (2012), a circular n° 29, de 13 de maio de 1891, ordenou a queima de documentos históricos e arquivos referentes à escravidão. Os dados referentes à escravidão são importantes, pois a inserção de línguas africanas foi concomitante à importação dos escravizados. Sendo assim, saber a origem dos povos importados é essencial para saber sua natureza linguística e assim poder traçar um histórico linguístico do contato intercomunitário entre LAs e o português colonial antigo. Logo, saber informações sobre o tráfico transatlântico torna-se essencial para o estudo lexicográfico, caminho encontrado por diversos pesquisadores da área. Sucintamente, sabe-se que o tráfico teve a duração de quatro séculos, do século XVI ao século XIX, estendendo-se oficialmente até 1878.

Os africanos importados para o Brasil eram oriundos da África Negra, especificamente da região subsaariana. Região do tronco Níger-Congo, o qual abrange duas famílias linguísticas, a família nigero-congolesa que se subdivide em dois grupos linguísticos: banto e oeste-africano, o segundo apresentando forte influência em Salvador diferindo-se do primeiro que teve o maior número de falantes em cada período da colonização. Também tivemos a inserção tardia da família de línguas afro-asiáticas, com um número reduzido de falantes, na cidade de Salvador, na Bahia oitocentista, pesquisa não contemplada por este trabalho, por apresentar uma influência de caráter regional.

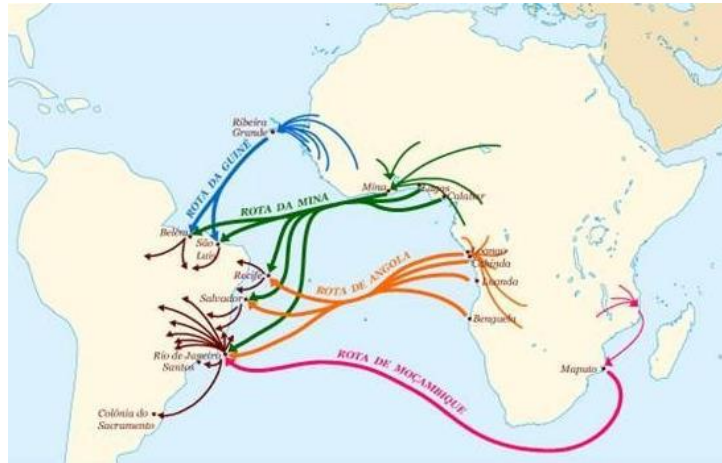
Para saber quais línguas que atravessaram o Atlântico e foram implantadas em terras brasileiras, faz-se necessário apoiar em dados históricos do tráfico, “aqueles relativos ao comércio desenvolvido entre os dois lados do Atlântico, porque o tipo de tráfico e de comércio praticados pelos portugueses seguramente favoreceu certa seleção das línguas africanas atingidas pelo tráfico [...]” (BONVINI, 2014, p.26).

Os ciclos do tráfico distinguem-se em quatro etapas de importação de escravizados (Viana Filho, L. 1946, p.28; Mattoso, 1979, p.22 *apud* Bonvini, 2014, p.26):

1. século XVI: o ciclo de Guiné, os escravos importados principalmente da parte da África ao norte do equador;
2. século XVII: ciclo de Congo e de Angola, os escravos bantos;

3. século XVIII: ciclo da Costa da Mina, os escravos sudaneses; desde a metade do século XVIII este ciclo divide-se em um propriamente baiano: ciclo da baía de Benin;
4. século XIX: escravos de todas as partes, a maioria de Angola e Moçambique.

Mapa 1- Rotas da escravidão – ciclos do tráfico



Fonte: site Só História<sup>1</sup>

Embora exista a divisão do ciclo em grandes linhas, segundo Bonvini (2014, p.27), “o fim de um ciclo não estanca totalmente a chegada de homens negros vindos da região do ciclo precedente e, ademais, a metrópole portuguesa teve sempre a política de misturar as diferentes etnias para impedir a concentração de africanos de mesma origem numa mesma região”, o que proporcionou o plurilinguismo africano no território brasileiro, o mapa 1 apresenta graficamente as rotas dos escravos de acordo com os ciclos apresentados por Bonvini (2014).

As línguas mais influentes no português do Brasil são línguas nigero-congolesas, especificamente as línguas do grupo banto, visto que o povo bantu ou banto foi o primeiro a fazer a viagem no tráfico transatlântico, das línguas transportadas de África para o Brasil as que tiveram maior impacto foram o quimbundo, quicongo e umbundo. A primeira foi predominante na comunidade dos escravos, além de seu usada na comunicação entre jesuítas e escravizados. Como pode ser atestado em *A Arte da Língua de Angola*, a mais antiga descrição do quimbundo, escrita pelo jesuíta Pedro Dias em Salvador e publicada em Lisboa em 1687, que tinha por objetivo facilitar a catequese dos africanos.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/p5.php>

Segundo Bonvini (2014), o plurilinguismo africano, caracterizado pelo agrupamento forçado e prolongado de falantes de línguas africanas distintas, porém oriundas do mesmo tronco linguístico, proporcionou a adoção de línguas veiculares de base africana, temos a adoção do quimbundo e o dialeto das minas, língua veicular africana de base ewe-fon falada em Minas Gerais. A existência da língua de minas foi atestada pela obra de *A Língua Geral da Mina*, de António da Costa Peixoto, publicada em 1945, em Lisboa. Segundo Castro (1983, p.97), a obra mencionada “trata-se de um caderno redigido na intenção de ensinar um vocabulário africano que era comumente usado entre escravos da região. Esse vocabulário precisamos como base ewe, e dos 831 termos que ele contém, 80 por cento podem ser identificados como fon.”

Tais documentos demonstram o vocabulário de uma comunidade africana linguisticamente ativa, a ponto de criar línguas veiculares para facilitação da comunicação entre falantes de línguas distintas. Porém o falar de origem africana não se restringiu às senzalas, atravessou barreiras e passou a influenciar a língua portuguesa, assim, no século XIX, os primeiros dicionários da língua portuguesa já apresentavam a presença do elemento africano. Bonvini (2014), Alkimin e Petter (2014) apontam alguns desses dicionários e trabalhos que já apontavam diferenciação lexical, a primeira influência das línguas negro-africanas a ser percebida por estudiosos. Entre os dicionários destaca-se o *Dicionário gramatical* (1897) de João Ribeiro, no verbete denominado *Elemento negro*, apresenta uma reflexão sobre o assunto:

Sob a denominação de *Elemento negro* designamos toda espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos; ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até no sistema gramatical do idioma. (RIBEIRO, 1987, p.219 *apud* BONVINI, 2014, p.15)

Como já mencionado por Ribeiro (1897 *apud* BONVINI, 2014), o elemento negro presente na língua portuguesa, primeiramente, percebido no léxico, já demonstrava nos estudos de Ribeiro que não se restringia apenas a esse nível, tais influências apresentavam raízes mais profundas em nossa língua. No século XX, os trabalhos voltados para os africanismos no português brasileiros apresentam outras acepções a respeito do tema, passam a ser consideradas criouliização ou semicriouliização, transmissão irregular, além da influência já pauta que agora

apresenta-se em diversos vieses, saindo não somente da questão lexical, mas atentando-se a profundidade dessas influências.

O novo viés desse tema é inaugurado em 1933 por dois textos, que estabelecem de forma mais organizada o debate sobre a presença africana na língua portuguesa no Brasil, são eles, *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça, e *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo. Segundo Bonvini (2014, p.17), o primeiro apresenta um mapeamento sobre a origem dos transportados para o Brasil colonial e imperial, além de uma síntese da gramática das línguas africanas, banto e sudanesa, assim como um catálogo de “palavras e particularidade do português do Brasil que o autor considera de origem africana”, o segundo autor, embora apresente o mesmo método de trabalho, fundamenta sua análise em uma investigação mais precisa das línguas africanas. Os autores, no geral, concluem que os aspectos característicos do PB, em grande parte, devem-se à influência nagô-iorubá e banto.

As pesquisas, no século XX, dedicaram-se a questionar as implicações do papel das LAs na formação do português brasileiro, abrangendo assim o viés que tange à questão da influência africana. Alguns estudiosos com o intuito de interpretar o processo de formação do PB, elaboraram algumas hipóteses a respeito da origem do português brasileiro, são essas: a criouliização, a deriva secular e a transmissão linguística irregular. Sobre tais assuntos faremos uma síntese a seguir.

Muitos autores ocupam-se da hipótese da criouliização, segundo Castro (2012), o termo criouliização foi abordado pela primeira vez por Adolfo Garcia em seu livro *A língua portuguesa*, editado no Porto, em 1880. Tal hipótese se sustenta na presença de traços típicos de crioulos, tais como concordância nominal e verbal, variação no uso de flexões verbais, encontrados na variante popular do PB, esses fenômenos seriam referentes à influência de antigos crioulos falados no Brasil, extintos na atualidade.

A hipótese da deriva secular é sustentada por Naro e Scherre (2007 *apud* SOUZA, 2009, p.58), os pesquisadores não reconhecem as possíveis influências gramaticais das LAs no PB, considerando que os traços típicos existentes no português brasílico seriam consequência da deriva secular das línguas românicas, defendem que as estruturas específicas do PB têm sua existência ratificada em dialetos rurais e não padrão do PE.

No que diz respeito à transmissão irregular, segundo Lucchesi e Baxter (2009), as condições sócio-históricas viabilizaram o surgimento desse processo. Em suma, a transmissão linguística irregular do tipo leve, caso do Brasil, cria apenas uma nova variante da língua-alvo, a partir de mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas, mantendo quase todo arcabouço estrutural da língua portuguesa, apresentando apenas algumas variações em relação



à morfologia verbal, ao que se refere a de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número, e flexão de caso dos pronomes pessoais, variações presentes no português popular brasileiro.

As hipóteses acima mencionadas são algumas das direções que nortearam os estudos referente ao tema, embora tais não tenham sido consideradas pelos demais pesquisadores da área, em especial a hipótese de crioulização, não foi bem recepcionada por parcela desses pesquisadores. A exemplo de Castro (1976 *apud* BONVINI, 2014, p.18), a pesquisadora reconhece a influência africana no PB, porém não a identifica como um crioulo, pois não possui traços característicos de um processo de crioulização, para a Castro o contato massivo de nativos de LAs durante séculos, por consequência, resultou em traços linguísticos na língua a qual aprenderam como língua estrangeira.

O Brasil era habitado por um contingente de negros escravizados, superior em número ao de portugueses, e falavam línguas nativas articuladamente humanas. Levados a adquirir a língua do colonizador como língua estrangeira, terminaram imprimindo, necessariamente, nesse novo falar hábitos linguísticos de seu falar materno que proporcionaram a configuração da modalidade da língua portuguesa transplantada para o Brasil. (CASTRO, 2012, p.21-22).

Ainda no que tange à crioulização, de acordo com Bonvini (2014, p.20), Naro e Tarallo também desconsideram tal hipótese. Para Naro, “a preexistência de uma língua geral” e a inexistência da mistura de falantes de distintas línguas africanas foram traços inibidores para o surgimento de um crioulo. Já para Tarallo, se o processo de crioulização de PB fosse provável, atualmente estaríamos ainda no processo de descrioulização, sendo assim, o PB e o PE se encontrariam após esse processo, o que seria pouco provável, considerando as diferenças já apresentadas na língua que ainda se encontram presente na atualidade, o desenvolvimento de ambos se encontra em direções distintas. O pesquisador credita a especificidade do PB como sendo resultado de mudanças internas da língua, a partir do contato entre línguas. Portanto, a situação de contato não levou ao processo de crioulização, mas ao processo de renovação da língua, que pode ser observado em caráter sintático e em outros níveis linguísticos, tornando-se mais aparente em aspectos fonológicos e lexicais.

As pesquisas que se dedicam ao intercâmbio linguístico entre LAs e LP abordam essa questão em relação ao processo ocorrido em território brasileiro, não considerando o contato de séculos em LAs e português já existente tanto na África quanto em Portugal. Poucos autores

abordaram esse contato em LP e LAs fora do território brasileiro, assim como Tinhorão (1988) o faz, ele aborda a questão do contato linguístico e cultural de africanos em Portugal e suas implicações em seu livro *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. Tinhorão aborda, em sua obra, a presença de negros africanos a partir do século XV em Portugal, expondo o cotidiano desta população oriunda do tráfico de escravos. Além de atentar-se às consequências oriundas deste contato, como sua contribuição para o vocabulário português, para tal o autor recorre a textos literários e teatrais.

As LAs denominadas língua de negros em Portugal, no século XIX, estudos atentaram para presença de léxico negro-africano, ou afronegrismo, no PE. Segundo Tinhorão(1988, p.378), a primeira pesquisa a esse respeito teria sido realizada por D. Francisco de São Luiz em seu *Glossário de Vocábulos Portugueses Derivados das Línguas Orientais e Africanas, Excepto a Árabe*, em 1837, tal obra dedicou-se ao contato linguístico entre PE e demais línguas orientais e africanas, atentando-se ao contato dentro e fora da Península Ibérica, atestou a existência de 27 vocábulos de origem negro-africana de uso cotidiano no falar de Portugal. Em 1933, esse número multiplica-se, visto que Renato Mendonça, em sua obra *A Influência Africana no Português do Brasil*, enumerou cerca de 350 vocábulos de origem negro-africana no PB, sendo muitos desses vocábulos utilizados também no falar cotidiano em Portugal.

Tinhorão (1988), em sua pesquisa, verificou o emprego de palavras de origem negro-africana desde Portugal quinhentista, tal afirmação pode ser comprovada a partir de fontes literárias, como: *Cancioneiro de Garcia Resende* (1515), no auto *Pranto de Maria Parda* (1522), de Gil Vicente, tais obras apresentaram em seu conteúdo africanismos de uso cotidiano pela comunidade da época. Tal presença também pode ser constatada em documentos oficiais como a carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel a respeito do descobrimento do Brasil. Temos a presença do vocábulo *inhame*, que, segundo Meinhof (1932 *apud* TINHORÃO, 1988, p.379-380), vem do banto *nyame* que se trata de uma raiz corrente para formação do verbo comer em todas as línguas bantu.

Diferente do ocorrido no PB, a sintaxe do PE, mesmo com a forte presença das línguas africanas, permaneceu inalterada, os aportes africanos restringiram-se ao empréstimo vocabular, essa intensa troca cultural resultou em 94 vocábulos de origem negro-africana no português de Portugal, vocábulos também encontrados em terras brasileiras.

No que tange ao estudo lexicográfico que aborda a inserção dos aportes lexicais negro-africanos no português, no PB, tais aportes apresentam cinco níveis de acordo com Castro (1983, p.82):

- N1 ou TR - a terminologia religiosa dos candomblés da Bahia;
- N2 ou PS - a linguagem de comunicação usual do povo-de-santo, membros e adeptos dos candomblés, considerada nos contextos inter e intragrupal;
- N3 ou LP - a linguagem popular da Bahia;
- N4 ou BA - a linguagem mais educada e de uso corrente regional na Bahia;
- N5 ou BR - a linguagem do português do Brasil em geral.

Entre os níveis apresentados, os níveis N1, N2 e N5, em especial o N5, tornam-se importantes para esse trabalho para saber a atuação dos aportes africanos no falar do Brasil. Os níveis N1 e N2 estariam ligados ao que a autora nomeia como língua de santo, fala cotidiano do 'povo-de-santo', são termos que se encontram em uso nos cultos religiosos de matriz afro-brasileiro, tais cultos seriam responsáveis pela preservação e expressões de origem africana. No que tange ao aporte linguístico dos candomblés, encontram-se divididos em nações, sendo assim, o sistema lexical africano baseia-se de acordo com a nação, há predominância de vocábulos de base ewê, em especial das línguas fon e ewê entre as nações denominadas mina-jeje, de base iorubá nas nações nagô, queto e ijexá, e de base banto entre as conhecidas como congo-angola. Embora seja uma litúrgica dos terreiros, os aportes africanos presentes nesses grupos religiosos são vocábulos de conhecimento dos falantes por terem sido difundidos na música popular brasileira, o que faz os falantes constatar que os aportes africanos se restringem aos vocábulos ligados à religião.

A respeito de N5 apresenta um sistema lexical de base africana compartilhado pela sociedade brasileira em geral, com predominância de lexemas quicongo e quimbundo, línguas bantas, sendo essas com o maior número de falantes durante todo período da colonização, além de difundidos por uma ampla área do Brasil. De acordo como o mapa etnolinguístico africanos, podemos verificar que o grupo banto se encontra difundido por quase todo território brasileiro, o que comprova o seu maior influxo sobre LP, a seguir o mapa 2:

Mapa 2 - Mapa etnolinguístico africano no Brasil



Fonte: Blog Monabantu Nacional<sup>2</sup>

Segundo Castro (2011), o N5 apresenta lexemas que circulam em diversos planos:

da recreação (samba, capoeira, forró), dos instrumentos musicais (**berimbau**, agogô), da culinária (mocotó, moqueca, mungunzá, canjica), da religiosidade (candomblé, macumba, umbanda), das doenças (caxumba), da flora (dendê, maxixe, jiló, moranga), da fauna (**camundongo**, **minhoca**, **marimbondo**), dos usos e costumes (**cochilo**, muamba), dos ornamentos (**miçanga**), das vestes (**tanga**, sunga, canga), da habitação (cafofo, moquiço), da família (caçula, babá), do corpo humano (**bunda**, corcunda, **banguela**, **capenga**), dos objetos fabricados (caçamba, tipóia, moringa), das relações pessoais de carinho (xodó, denço, cafuné), dos insultos (sacana, xibungo, lelé), do comércio (**quitanda**, bufunfa, muamba, maracutaia).(CASTRO, 2011, p.2grifo nosso).

Os vocábulos expostos em N5 são compartilhadas pelo falante brasileiro, cotidianamente, sem que este conheça sua origem. No que diz respeito ao estudo de Castro, nosso sistema lexical apresenta cerca de 3517 vocábulos de origem africana, com predominância banto 1322 vocábulos, 1299 de oeste-africana (iorubá, fon), de acordo com Alkim e Petter (2014, p.156). As palavras grafadas em negrito também se encontram no levantamento realizado por Tinhorão (1988). Portanto, a partir dos estudos apresentados,

<sup>2</sup> Fonte: Blog Monabantu, Disponível em: [http://monabantunacional.blogspot.com/2011\\_06\\_08\\_archive.html](http://monabantunacional.blogspot.com/2011_06_08_archive.html)

podemos constatar que o vocabulário do PB foi bastante enriquecido com termos de matriz africana.

No tocante à semântica de tais léxicos africanos, Bonvini (2014, p.122) apresenta três situações distintas:

- a) Palavras de origem africana chegaram ao Brasil e mantiveram, integral ou parcialmente, seu som e seu sentido inicial de partida.
- b) Palavras de origem africana chegaram ao Brasil, mas desprovidas de seu sentido “africano” inicial, tendo adquirido, desde sua chegada, um sentido diferente e novo. Por isso seu sentido de origem, não tendo chegado ao Brasil, teria ficado do outro lado do Atlântico.
- c) O sentido inicial de partida, isto é, aquele atestado no continente africano, teria chegado ao Brasil, mas sem o vocábulo africano que lhe servia de suporte. Seria este último, desta vez como suporte, que teria ficado na África.

Para melhor entendimento da questão o autor divide tais vocábulos em base e vocábulo comum, no que diz respeito ao valor operacional. No que diz respeito à situação **a**, durante o processo o vocabulário de base apresenta uma perda semântica, adquirindo novas acepções e propriedades ligadas ao seu novo contexto linguístico, tomamos, como exemplo, o vocábulo *miçanga*. Macedo, dicionarista, apresenta o sentido do vocábulo “*miçanga* [missanga, miçanga]: ‘conta de vidro’, originário do termo bunda *missanga*.” (ALKIM; PETTER, 2014, p.159). Tal acepção pode ser facilmente encontrada nos dicionários atuais.

No que diz respeito à situação **b**:

No plano semântico, a configuração semântica (semema) do empréstimo foi submetida conjuntamente a dois fenômenos somente na aparência contraditórios, pois na realidade são complementares: de um lado, certa perda em relação à semântica de partida, de outro, uma reestruturação em profundidade, que geralmente chegou a um enriquecimento real, tanto no nível do próprio semema quanto no das formas derivadas. O que é atestado hoje no Brasil não é mais a realidade semântica africana de partida, mas uma semântica nova, específica ao Brasil, e por isso “brasileira”. Trata-se, além de tudo, de uma semântica evolutiva e inovadora ao mesmo tempo. (BONVINI, 2014, p.142-143)

Sobre a situação **c**, Bonvini (2014, p.124-127) denomina de decalque linguístico. “[...] uma língua A, para denominar uma noção nova, traduz uma palavra, simples ou complexa, pertencente a língua B, em uma palavra simples que já existe na língua ou uma complexa

formada também de palavras que já existem na língua.” O autor toma como exemplo os vocábulos beber e comer, consideremos o vocábulo comer, que uma de suas acepções é possuir sexualmente, copular. Resumidamente, as acepções apresentadas ao verbo poderiam ser um decalque semântico oriundo da sequência complexa *kurikombuésa* formada por dois verbos *kûria* (‘comer’) e *kukombuésa* (vender por atacado). O verbo *kurikombuésa* apresenta dois sentidos: 1. ‘vende-se: prostituir-se; 2. ‘acasalar-se’. Sendo assim, mesmo que o vocábulo africano *kurikombuésa* não tenha chegado em nosso solo, seu sentido chegou ao Brasil, mesmo sem o suporte africano.

Em suma, temos em nosso sistema linguístico um grande influxo de aportes africanos, de uso cotidiano, sem que o interlocutor tenha noção de sua origem. Tal situação ocorre devido a uma lacuna educacional que não abordar questões como essa, mesmo com a vigência de Lei nº 11.645, que acrescenta aos currículos da educação básica a história da África e dos africanos, porém ao não inserir tais estudos no ensino de língua fomenta a lacuna acadêmica entre a academia e o ensino básico, pois não considera que o léxico possui o caráter de exprimir as práticas socioculturais comunitárias.

A lei apresenta-se falha ao apresentar no art.26-A, parágrafo 2º, restringindo os conteúdos às de educação artística e de literatura e história do Brasil, desconsiderando sua importância para área de língua portuguesa. A falta de conhecimento do falante brasileiro sobre sua língua não o faz compreender a distância existente entre o PB e o PE, em especial no contexto de fala, fomentando o preconceito linguístico. Sendo assim, torna-se primordial a difusão do estudo do contato de línguas no processo formativo do português brasileiro, para que assim possamos entender, e não comparar o PB e o PE, as especificidades presentes em nosso idioma.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. LEVANTAMENTO DE BIBLIOGRAFIA QUE TRATA DO CONTATO ENTRE PB E LAS

O objetivo do levantamento bibliográfico especializado no tema era, inicialmente, verificar se haveria conteúdos consolidados que poderiam, portanto, figurar em reduções didáticas nos livros didáticos. O levantamento foi realizado, por meio eletrônico e em impressos, por recorte qualitativo: selecionamos revistas acadêmicas, especialmente as especializadas no tema, como a revista *Afro-Ásia* (1965- corrente, revista focada em temas afro-diaspóricos, africanos e asiáticos, publicada semestralmente pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia), em *sites* de busca de base acadêmica, como *Academia.edu*, plataforma *SciElo*, *Google Acadêmico*; além de sites de busca de bibliotecas de universidades, tais como UFBA (Universidade Federal da Bahia). Apresentam-se, também, como fontes livros com produções relativas às relações África-Brasil, por exemplo, Mendonça (2012), além de produções relativas ao contato da língua portuguesa e LAs, como Tinhorão (1988).

Contamos, em nosso levantamento, com livros, artigos publicados entre o século XIX e XX, visto que foi a partir do século XIX que os estudiosos se debruçaram sobre os aspectos históricos-linguísticos do percurso da língua portuguesa no território brasileiro, atentando-se ao contato intenso entre portugueses (das variadas regiões de Portugal), indígenas autóctones e africanos trazidos como escravos pelo tráfico transatlântico, oriundos da região subsaariana do continente africano. Considerando as atividades comerciais da época, o processo de comunicação entre os povos, é, portanto, improvável acreditar em um território monolíngüístico, acreditando-se assim em uma interferência das línguas indígenas e africanas no processo formativo do nosso idioma.

Sendo assim, iniciam-se os debates sobre as contribuições linguísticas dos africanos e seus descendentes no PB, em um primeiro momento, acreditava-se que a contribuição das línguas africanas encontrava-se, exclusivamente, no plano lexical, devido aos empréstimos lexicais serem mais aparentes em um processo de contato linguístico, logo, considerando os trezentos anos de escravidão, verificou-se que tais influências encontram-se além do plano lexical, elucidando que as influências das LAs em nosso idioma são mais profundas que aparentam ser,

alcançando diversos níveis linguísticos, sendo esses: fonológico, morfológico, sintático. Embora alguns estudiosos divirjam em relação a essa possível influência, acreditando que as ditas “influências” seriam nada mais do que produtos da deriva secular das línguas românicas. (NARO & SCHERRE, 2007 *apud* SOUZA 2009).

Lucchesi e Baxter (2009) creditam a especificidade do português brasileiro no processo de transmissão linguística irregular. O processo de transmissão linguística irregular dar-se a partir de um contexto sócio-histórico de um contato intenso de comunidades falantes de línguas tipologicamente distintas, no qual “a língua do grupo dominante, denominada língua de superstrato ou língua-alvo, se impõe, de modo que os falantes de outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização” (LUCCHESI & BAXTER, 2009, p.101). Esse processo de transmissão linguística irregular pode conduzir a formação de uma língua crioula ou *pidgin*, nos casos de transmissão linguística irregular de tipo leve, como é o caso do Brasil, cria-se apenas uma nova variante da língua-alvo, mantendo quase todo arcabouço estrutural da língua portuguesa, apresentando apenas algumas variações em relação à morfologia verbal, ao que se refere a de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número, e flexão de caso dos pronomes pessoais, variações presentes no português popular brasileiro.

Em nosso levantamento, encontramos em alguns títulos, que analisavam alguns dos fenômenos resultante do contato entre PB e LAs, a menção de duas importantes produções escritas no período escravocrata brasileiro, sendo elas: *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias, publicada em 1697, em Lisboa, trata-se de uma gramática destinada aos jesuítas para facilitar o contato desses com africanos escravizados oriundos de Angola que viviam em Salvador - Bahia, não falantes português, tal texto é a primeira gramática da língua **quimbundo**. A segunda obra trata-se de *A Língua Geral da Mina*, de António da Costa Peixoto, escrita entre os anos de 1731 e 1741, sendo somente publicada em 1945, em Lisboa, seu conteúdo refere-se à língua da família **kwa** dos escravizados do oeste-africano, Costa da Mina, língua falada na primeira metade do século XVIII, por mais da metade da população de Vila Rica - MG, atual cidade de Ouro Preto, constituída por escravos e seus descendentes. Apesar de não serem trabalhos que tratem, efetivamente, da relação/influência das línguas africanas sobre a língua portuguesa falada no Brasil, são importantes documentos que comprovam a coexistência das duas línguas negro-africanas com o português.

Tendo por objetivo compor uma redução didática voltada para o aspecto lexical referente à influência das línguas nigerocongolêsas, sendo o objetivo desse levantamento elencar textos que contemplam o aspecto histórico-linguístico, em relação ao aspecto



linguístico nos dedicaremos ao trabalho lexicográfico. Seleccionamos o léxico porque esse encontra-se relacionado à história, tradição, em geral, está relacionado à cultura de um povo, além de os empréstimos lexicais serem traços instantâneos de reconhecimento de um contato linguístico, embora isso não seja tão facilmente reconhecido no português brasileiro, pois acredita-se que o locutor brasileiro, em geral, pouco reconhece ou desconhece completamente a origem de alguns léxicos presentes em nosso cotidiano, considerando-os de origem portuguesa, salvo os léxicos de origem indígena que seu conhecimento se encontra bem difundido em nossa sociedade, no entanto, o mesmo fato não ocorre com os léxicos de origem negro-africana.

Em nosso levantamento, chegamos em uma lista inicial contendo 110 títulos, pois os primeiros textos encontrados nos serviram de base bibliográfica para aquisição de novos títulos, utilizamos suas referências bibliográficas para aquisição de novos trabalhos, neste primeiro momento temos um levantamento composto por livros, artigos e teses-dissertações publicados entre o século XIX e XX.

Nosso processo de refinamento das pesquisas dispôs de algumas etapas e alguns norteadores, na fase inicial, foram selecionados os textos cuja temática fosse fundamentada na relação entre PB e línguas africanas, pois, embora nossa busca tenha sido muito específica em relação ao nosso objetivo, encontramos artigos que tratavam da história dos povos africanos em território brasileiro. Nossa segunda etapa, a seleção de títulos foi relacionada à temática, em meio aos títulos de viés linguísticos dispusemos de alguns com teor literário, por exemplo, texto relacionados ao panorama de literatura africana em língua portuguesa, temos com a mesma temática, porém relacionando-a com o ensino, como tais literaturas são abordadas nas salas de aula.

Na terceira etapa foram desconsiderados títulos de caráter sociolinguístico que tratavam de questões regionalistas, por exemplo, textos que em seu conteúdo abordada falares especiais de comunidades negras, como Cafundó, São Paulo, e Tabatinga, Minas Gerais, além de textos que trabalhava influência das LAs sobre o PB em outras comunidades de fala específicas, regionais, como exemplo, africanismo no léxico do português falado em Pernambuco. A quarta etapa abarca a desconsideração de trabalho que trata exclusivamente das influências da línguas nigero-congolesas em apenas um aspecto linguístico, como exemplo, a influência das línguas africanas na concordância verbal e nominal no PB. A quinta e última etapa foram selecionados títulos publicados por pesquisadores brasileiros, esse critério teve em vista desenvolver uma reflexão sobre como as pesquisas desenvolvidas em solo brasileiro, em universidades locais,

chegam ao ensino básico. Esta etapa tem por objetivo verificar se a produção acadêmica ecoa no ensino básico, e se, de fato, ocorre tal situação, como o ensino básico a recepciona.

No que diz respeito a Tinhorão (1988), tal título diverge um pouco dos norteadores presentes no processo de depuração da listagem teórica: sua abordagem embora esteja dentro da temática do nosso trabalho, não aborda a influência das línguas nigero-congolesas no território brasileiro, porém trata da relação dessas como a língua portuguesa em Portugal.

Como resultado da depuração dos títulos selecionados, livros e artigos produzidos no século XIX e XX, por produto temos um *corpus* como resultado de uma lista composta de títulos de caráter sócio-histórica baseado no recorte lexicográfico.

#### 4.2. BUSCA DO CONTEÚDO DOS APROVADOS DO PNLD

Foi realizado, por meio eletrônico, a partir da plataforma *Google*, a pesquisa dos aprovados do PNLD para encontrar o conteúdo que trata da relação África- Brasil, selecionados para o *corpus*, presente no item 4.3.1 deste trabalho.

Sendo assim, a nossa investigação referia-se a encontrar *sites* que disponibilizassem o conteúdo integral dos livros ou dispusessem de uma versão em formato *pdf* para *download*. Os livros selecionados para busca são: *Português: contexto, interlocução e sentido*, 3ª edição, editora Moderna; *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, 1ª edição, editora Saraiva e *Língua Portuguesa: linguagem e interação*, 3ª edição, Ática, ambos *volume 1*, volume dedicado ao primeiro ano do ensino médio. Nesse estágio foi realizado um levantamento eletrônico dos materiais selecionados, nessa etapa priorizou-se a disponibilidade do material em meio virtual, sua acessibilidade e completude. Se o material encontrado possuía condições para análise, no que diz respeito a quesitos gráficos, como resolução, entre outros. Entre as coleções selecionadas duas encontram-se disponibilizadas no site de suas respectivas editoras, Saraiva e Ática, ambas são o manual do professor, a terceira encontra-se disponível para *download* em formato *pdf*.

### 4.3. O *CORPUS*

#### 4.3.1. Processo de seleção e formação do *corpus*

O processo de seleção do *corpus* de análise para a realização do trabalho de pesquisa constitui-se de dois estágios para os quais foram imprescindíveis a leitura e análise das resenhas dos livros aprovados, elaboradas pela comissão técnica do *Programa Nacional do Livro e Material Didático* (PNLD, 2018) e publicadas no *Guia de Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio* (2018).

Esta análise inicial teve como objetivo levantar quais as coleções aprovadas foram desenvolvidas em conformidade ao que é exigido pela Lei nº 11.645/08, de março de 2008, lei que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e africana em toda a educação básica, do ensino fundamental ao ensino médio. No que diz respeito à cultura indígena, a lei foi acrescida da seguinte redação: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.” (BRASIL, Lei nº 11.645/08).

Desse modo, constatamos que a lei de 2003 já previa a inclusão de conteúdos voltados para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino, especialmente nas áreas de Educação Artística, de Literatura e de História Brasileira, o que implica uma produção editorial didática voltada a adequar-se à prescrição do decreto, embora esses conteúdos necessariamente não devem se encerrar nas áreas supracitadas, visto que o português brasileiro (doravante PB) em seu processo de formação, enquanto idioma nacional, recebe influências de diversas línguas entre as quais destacam-se as línguas africanas (doravante LAs). Considerando a data de publicação dos livros avaliados, seis anos após a aprovação da lei, e o ano de suas aprovações pela comissão técnica do PNLD, em 2018, seria razoável pensar que os conteúdos desses estivessem consoantes a lei, fosse nas áreas supracitadas no texto da lei, fosse no ensino de língua materna em si.

O material aprovado pelo PNLD é composto por onze coleções, entre as quais, segundo a resenha consultada, encontram-se em consonância com o que é outorgado pela lei, visto que

um dos princípios/critérios avaliativos, especificamente o item 7<sup>3</sup>, revela que as obras aprovadas devem promover a cultura e história afro-brasileira e dos indígenas brasileiros, viabilizando questões como conhecimento, saberes sociocientíficos, entre outros. Mesmo diante tal critério, a própria resenha afirma que ainda são raras as obras que contemplam a cultura indígena e seus autores. Das onze resenhas avaliadas apenas uma coleção, *Veredas da Palavra*<sup>4</sup> não apresenta em sua descrição nenhuma menção a respeito do que é solicitado pela lei, a resenha não nos revela como e se a coletânea aborda em seus conteúdos o que é prescrito pela lei e pelo critério de número sete do PNLD-2018. As demais obras apresentam-se, embora que de modo deficiente, visto pelo viés literário, consonantes ao que é prescrito, porém não são levantadas questões sobre língua, história e política relacionadas às populações afro-brasileira, indígena e africana, aplicabilidade da lei se dá apenas por textos literários, segundo as resenhas.

O guia do PNLD – 2018 apresenta-se como um norteador para a seleção dessa amostragem, visto que, no tópico “A Língua Portuguesa no contexto do Ensino Médio”, trata da importância da criação de um ensino de Língua Portuguesa associado à vida, sendo algo a mais do que conteúdos sistematizados. Sendo assim, um ensino de caráter interdisciplinar de modo a englobar as esferas sociais, políticas e culturais, originado a partir desse um sujeito socialmente construído. Devemos considerar um ensino voltado para pluralidade cultural existente em nosso país que valoriza sua cultura.

Segundo PNLD (BRASIL, 2018, p.11), “a pluralidade também ocorre pelo reconhecimento e pela valorização do patrimônio cultural brasileira em meio a diversas manifestações culturais da humanidade, indo além da relação com as culturas europeias, de modo a propiciar um rompimento crítico como o eurocentrismo.” O romper com o eurocentrismo podemos aludir a uma descolonização de nossa língua, trabalhando-a visando vislumbrar as importâncias de outras línguas, não somente a portuguesa, mas as línguas ameríndias e africanas, na formação identitária do nosso português. Considerando ainda o texto do guia do PNLD -2018, cito:

[...] observância das referidas leis nas práticas de ensino de Língua Portuguesa é absolutamente necessária para a compreensão coletiva da real dimensão e importância das culturas de matriz africana e indígena na constituição do povo brasileiro. [...]Entende-se que a disciplina de Língua Portuguesa não pode estar afastada desse processo de reconhecimento e valorização dos povos que formaram e formam a sociedade brasileira. (BRASIL, 2018, p.11)

---

<sup>3</sup> PNLD – 2018, pág.12.

<sup>4</sup> MARTIN, Vima L.; HERNANDES, Roberta. *Veredas da Palavra*. São Paulo: Ática, 2016.

Sendo assim, atentando-se à língua como algo inerente à cultura e à formação identitária de uma nação, podemos inferir que não considerar intervenções de outras línguas no português brasileiro, além do português europeu (PE), é, portanto, negar em partes a nossa cultura, o nosso “legado linguístico-cultural” (CASTRO, 2016), se consideramos, assim como Marcos Bagno<sup>5</sup>, a língua uma entidade social em constante transformação, enquanto, uma entidade socialmente constituída, ela apresenta-se como parte essencial da cultura do povo. Crê-se, então, que para conhecermos por completo nossa cultura devemos lançar o nosso olhar para passado, para o processo de formação de nosso idioma, sem somente priorizar a variante de maior prestígio – PE, para entendermos a sua completude, suas transformações e assim podermos entender a nossa brasilidade.

No que diz respeito à constituição do *corpus*, é importante atentarmos a escolha do material analisado, para tal nos debruçarmos sobre algumas questões, entre as quais estão: Por que analisar livros didáticos? Os aprovados do PNLD serão o único *corpus*? Haverá outros materiais a serem consultados? Entre esses e demais questionamentos que possam existir a respeito da composição do *corpus* para tal trabalho, podemos dizer que não haverá busca em materiais aleatórios referente à temática, optamos por focarmos exclusivamente nos livros, os aprovados pelo PNLD, pois os critérios de avaliação de livros didáticos são baseados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que são documentos oficiais que orientam o sistema educacional do país, sua escolha também foi pautada no alcance territorial desse material, pois serão livros que virão a ser distribuídos para escolas públicas de todo país, estaduais e federais.

Por último, responderemos a questão, por que a escolha de livros didáticos? Ao considerarmos o livro didático um importante instrumento de circulação de textos, literários e não literários, sendo esse, muitas vezes, o único em sala de aula, e, em alguns casos, o principal instrumento de leitura para os estudantes de escolas públicas, visto isto, infere-se que esse deva contribuir para reflexão sobre a língua, além de seu conteúdo estar voltado para a interculturalidade existente no português brasileiro.

Portanto, para seleção do *corpus*, é importante ressaltar que para cumprir ambos os estágios, o método adotado para a delimitação da análise possui um caráter qualitativo, uma vez que a interpretação dos conteúdos das resenhas representou um percentual significativo em relação à escolha, sendo o foco da pesquisa a aplicabilidade da lei em livros didáticos do ensino médio, nesse primeiro estágio foram selecionadas cinco coleções, para além da verificação do

---

<sup>5</sup> Marcos Bagno é professor de Linguística da Universidade de Brasília (UnB), escritor e tradutor, com dezenas de livros publicados no campo da sociologia da linguagem e do ensino de português.

cumprimento da lei, o segundo estágio contou com a leitura dos textos de apresentação dos livros selecionados, a qual teve um peso significativo para a escolha definitiva das obras, visto que nessa etapa priorizou-se aquelas obras que se propunham a refletir sobre os dados que traziam sobre a linguagem; em outras palavras, que propusessem um ensino significativo da língua, apresentando-a como participativa dos variados contextos sociais, além daquelas que se propunham a estudar a língua portuguesa em todas as suas dimensões.

Assim, para chegarmos ao *corpus* de análise desta pesquisa, elegemos, após todo o processo interpretativo dos textos de apresentação, aqueles que apresentavam uma melhor reflexão sobre a língua, além de conteúdos estivessem em conformidade com o que é exigido por lei, atentando, sempre, a que medida isso ocorre, apresentando, assim, uma certa interculturalidade no processo de ensino-aprendizagem. Como resultado, foram selecionadas três coleções, livros publicados por editoras distintas, referente ao primeiro volume de cada coletânea.

Para os objetivos estabelecidos para este trabalho de pesquisa, foram selecionados para análise somente três das onze coletâneas aprovadas pelo PNLD – 2018, sendo elas: *Português: contexto, interlocução e sentido*, 3ª edição, editora Moderna; *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, 1ª edição, editora Saraiva e *Língua Portuguesa: linguagem e interação*, 3ª edição, Ática.

## 5. ANÁLISE DO CORPUS

### 5.1. DESCRIÇÃO DOS LIVROS SELECIONADOS

No que concerne à apresentação formal e/ou estrutural dos livros que compõem as coleções eleitas, em geral, cada um deles está dividido em unidades, as quais, apesar de se organizarem em torno de temas aparentemente distintos, revelam uma articulação interna e uma lógica presente nos textos e atividades propostas, além de refletirem sobre a linguagem. Todos os livros analisados são destinados ao primeiro ano do ensino médio, o material analisado é o manual do professor.

#### Descrição do livro 1: *Língua Portuguesa: linguagem e interação*

Publicado em 2016, pela editora Ática, tendo como autores: Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maxuxo Júnior. O livro é organizado com um capítulo inicial e mais quatro unidades, cada uma com dois capítulos, cada qual focado em um gênero do discurso. Ao início de cada unidade nos é apresentado os principais objetivos de aprendizagem; o capítulo inicial denominado **Linguagem, texto e literatura** apresenta aos discentes conceitos e noções que serão mencionados ao longo do volume. No que diz respeito à organização dos demais capítulos, são divididos em seções, sendo essas: **Para entender o texto; as palavras no contexto; Linguagem e texto; Diálogo com literatura; Língua – análise e reflexão e Práticas de linguagem**. Ao final de cada unidade, após os capítulos, nos são apresentadas as seguintes seções: **Agora é com você**, seção que apresenta dicas de filmes, livros e sites, entre outros e **E a conversa chega ao fim**, seguidas da seção **O trabalho da unidade e a autoavaliação**. Ao final do livro temos questões do Enem e a bibliografia utilizada.

De acordo com o Guia de Livros Didáticos do PNLD 2018 (BRASIL,2011), as práticas de linguagem deste livro estão no centro da proposta de ensino-aprendizagem, apresentando também um diferencial na abordagem da oralidade, sistematiza-a sem subjuga-la aos modelos da prática escrita. Apresenta atividades contextualizadas, centradas no texto, sendo essas de caráter gramatical ou construção textual. Além de apresentar uma multiplicidade de gêneros,

um excelente acervo que contempla gêneros orais e escritos de diferentes épocas e das diferentes regiões brasileiras, embora não aborde as culturas periféricas e campestres, também pouca são abordadas as questões referentes às populações indígena e afro-brasileira.

No seu texto de apresentação direcionado aos discentes, os autores propõem um estudo da língua que seja prazeroso, dinâmico e envolvente, visando a um ensino-aprendizagem significativo, pois procurar ligar seus conteúdos, literários ou gramaticais, à realidade que este aluno vivencia, fazendo-o compreender várias “relações que há entre a linguagem que se utiliza nas situações de comunicação do dia a dia e aquela que deve ser empregada nas situações mais formais.”<sup>6</sup> Sendo assim, propõe-se habilitar o discente para um uso adequado da língua portuguesa nas diversas situações comunicativas, sendo essas formais ou não formais.

#### Descrição do livro 2: **Português: contexto, interlocução e sentido**

Publicado em 2016, pela editora Moderna, tendo como autores: Maria Luiza M. Abaurre, Maria Bernadete M. Abaurre e Marcela Pontara. O livro se organiza através de três grandes eixos: literatura, gramática e produção de texto. O livro é dividido em unidades, dez ao todo, que se subdividem em capítulos, não existindo um número padronizado de capítulos por unidades, totalizando 32 capítulos. As três primeiras unidades são referentes ao eixo de literatura, a unidade um apresenta cinco capítulos, as demais contêm três capítulos cada, essas unidades contêm temas introdutórios referente aos períodos literários, da Idade Média à Contemporaneidade. O eixo da gramática é composto pelas unidades quatro, cinco e seis, as duas primeiras com três capítulos e a última contém quatro. As unidades de sete a dez dizem respeito ao eixo de produção de texto, as unidades sete e oito possuem quatro capítulos, a unidade nove possui dois capítulos e a última unidade, possui apenas um capítulo, no início desta parte, temos uma seção denominada “**Procedimentos e recursos textuais**”, anterior aos capítulos. Ao final do volume temos a seção Enem e Vestibular e a Bibliografia.

Segundo os autores desse material didático, no texto de apresentação, propõe-se um ensino significativo, visto que “a linguagem, considerada em seu aspecto artístico, estrutural ou

---

<sup>6</sup> FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco M. de; MAXUXO Jr, José H. *Língua Portuguesa: linguagem e interação*. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Ática, 2016, p-3.



prático, é parte integrante de nossas vidas, instrumento indispensável tanto para a aquisição de conhecimento em quaisquer áreas do saber, como para nossa participação nos mais variados contextos sociais de interlocução.”<sup>7</sup> Propondo, assim, um estudo da língua em todas as dimensões.

A resenha do livro o apresenta como um ensino de caráter reflexivo, partindo do texto, pois a leitura está presente em todos os eixos estruturais do livro, no tocante à oralidade, essa é trabalhada em forma de debates e expressões orais na seção **Jogo de ideias**, além dessa ser apresentada nos eixos de literatura e na produção de textos. O livro pretende refletir sobre a linguagem em todas as dimensões destas.

### Descrição do livro 3: **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**

Publicado em 2016, pela editora Saraiva, tendo como autores: William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien. O livro se organiza em quatro unidades, constituídas por três capítulos cada. Os capítulos dividem-se em três partes que ordenam os assuntos abordados: literatura, língua e linguagem, e produção de texto. Cada parte se subdivide em seções como **Foco no texto**, além das seções **Entre saberes**, **Entre textos**, **Conexões**, **Foco na imagem**, **Fique conectado**, **O contexto de produção e recepção**. A parte língua e linguagem é composta pelas seções **Reflexões sobre a língua** e **Texto e enunciação**. Em produção de texto, há a seção **Hora de escrever**, além da seção **Mundo plural**. No capítulo final de cada unidade encontramos as seções: **Por dentro do Enem e do Vestibular** e **Projeto**. Ao final do volume, soma-se um Apêndice e uma Bibliografia.

Tendo como seu interlocutor o aluno, o texto de apresentação alerta para as diversas práticas de leitura e escrita nos mais variados contextos, considerando a linguagem como algo que se faz presente em nosso cotidiano, além de atentar para a formação da identidade a partir da realidade que nos cerca além do nosso convívio com outros sujeitos com quem interagimos, assim como textos que lemos, ouvimos e produzimos. O estudo da linguagem parte do princípio do que o aluno já sabe, não negando precedente linguístico do aluno, apresentando e discutindo diferentes questões sobre a nossa língua.

Segundo a resenha do livro, apresenta-se em quatro eixos temáticos, literatura, língua e linguagem, produção de texto e oralidade, menos abordada que as demais. O eixo de conhecimento linguístico é abordado a partir de atividades de estudo dos textos, atentado aos

---

<sup>7</sup> ABAURRE, Maria L. M.; ABAURRE, Maria B. M; PONTARA, Marcela. *Português: contexto, interlocução e sentido*. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2016, s.n.

usos textuais do conteúdo linguístico. No que diz respeito a experiência leitora, o livro conta com uma diversidade de textos verbais da modalidade escrita, além de textos multimodais. De um modo geral, o livro propõe um uso reflexo da língua, munindo o aluno de conhecimento para que esse seja capaz de um uso adequado e consciente da língua portuguesa.

## 5.2. ANÁLISE DO *CORPUS*

Para a realização do processo de análise do *corpus*, foi feito um levantamento de textos, literários e não literários, dos livros selecionados, tendo como objetivo verificar a aplicabilidade da lei, e em que medida essa está sendo cumprida, se essa limita-se às áreas mencionadas pela lei, no nosso caso a literatura ou essa expande-se para o ensino de língua, visto que o PB teve influências das línguas ameríndias e africanas, busca-se saber a partir desta análise se são abordadas questões referentes à língua, pretendendo encontrar textos que abordem o processo de formação do PB.

A coletânea para análise dispõe de um total 256 de textos, sendo 179 literários e 77 não literários, esse levantamento teve por objetivo identificar textos que explanassem as influências das línguas africanas no português brasileiro, verificando a profundidade da abordagem e sua área de atuação, e em que nível se dava, se aborda o viés sócio-histórico ou possui um viés linguístico, e para tal utilizamos as abordagens quantitativa e qualitativa.

Assim a escolha por esse tipo de abordagem deu-se, pois, por meio da pesquisa quantitativa, a um primeiro momento procuramos uma pesquisa mais precisa focada em resultados, buscando descobrir qual a característica do fenômeno, se esse é puramente linguístico ou sócio-histórico, ou ainda engloba as duas ocorrências, nesse primeiro momento buscou-se quantificar as ocorrências. Para um segundo momento, a pesquisa de caráter qualitativo tinha por objetivo analisar os dados encontrados, verificando a qualidade desses, se a amostragem estava em consonância com os estudos acadêmicos referentes à área. Resumindo, o método qualitativo seria utilizado para examinar os textos em relação às origens e às formas de abordagem da temática em questão.

O suporte metodológico quantitativo tem por objetivo verificar a presença de textos, literários ou não, cuja temática determinada pela lei seja contemplada em relação a questões que dizem respeito à língua., em especial, textos que abordam a questão do africanismo presente no nosso idioma, foco da análise, procurando saber se e como as pesquisas referentes ao tema

africanismo do PB da academia chegam à educação básica, em especial ao ensino médio. Verificando como se dá essa abordagem e a que grau ela ocorre, quais os aspectos são abordados, se essas se dão em caráter linguístico, seja ele morfológico, sintático, semântico e discursivo ou aborda o caráter sócio-histórico.

Após uma atenta análise todos textos abordados e dos exercícios que os acompanha, verificamos que a aplicação da lei, nos livros didáticos de língua portuguesa, restringe-se à literatura, embora de maneira ainda muito embrionária, pois, do total de 256 textos literários e não literários, **apenas seis textos contemplam a lei**, dos livros analisados apenas dois contemplavam autores indígenas, em textos não literários, a literatura indígena ainda não se encontra inserida nos livros didáticos aprovados pelo PNLD-2018.

Considerando que os exemplos a respeito da inserção de autoria indígena nos livros didáticos, apenas um dos textos é de autoria propriamente indígena, trata-se de uma carta aberta à sociedade brasileira e internacional escrita por Jairo Saw Munduruku, liderança da aldeia Sai Cinza, Terra Indígena Sai Cinza. O outro texto em questão trata-se de uma notícia da Folha de S. Paulo de 2015, por Marcelo Toledo que expõe a iniciativa do estudante de Letras da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) Luciano Ariabo Quezo, indígena umutina, que após o falecimento de um ancião de sua tribo que dominava o idioma umutina-balatiponé, reconheceu que sua língua materna poderia desaparecer e proponha-se a produzir um livro didático bilíngue. Sendo assim, embora mencione um autor indígena, a notícia produzida não é de fato de autoria indígena.

Pode-se dizer, contudo, que houve tentativas de adequação das editoras à lei. Assim, por exemplo:

*Língua Portuguesa*: linguagem e interação, da editora Ática, apresenta em seu conteúdo texto que representam os três povos abordados pela lei; na unidade 1, capítulo 1, página 53, o texto “O menino que escrevia versos”, de Mía Couto, autor moçambicano, representante da literatura africana; na unidade 2, capítulo 2, página 118, temos a música “Eu gosto dela”, do rapper afro-brasileiro Emicida, no que diz respeito à cultura indígena, temos uma notícia denominada “Minha língua, minha pátria”, de Marcelo Toledo. O jornalista Toledo retrata a história do estudante de Letras da UFSCar, Luciano Ariabo Quezo, indígena umutina, natural da reversa de Barra do Bugres (MT), preocupado com o desaparecimento da língua materna, umutina-balatiponé, atualmente com 600 falantes, escreveu um livro didático bilíngue para o ensino fundamental, português e a língua umutina-balatiponé. Tal notícia encontra-se na unidade 3, capítulo 6, página 215.

*Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, da editora Saraiva, apresenta em seu conteúdo dois dos três povos mencionados pela lei, na unidade 3, capítulo 3, página 149, encontramos a exposição da carta aberta do líder indígena Jairo Saw Munduruki, liderança da aldeia Sai Cinza, Terra Indígena Sai Cinza, a cultura/literatura afro-brasileira é representada pelo poema “Agora”, de Adão Ventura, unidade 1, capítulo 1, página 20.

*Português: contexto, interlocução e sentido*, da editora Moderna, possui uma organização diferente dos demais, temos como coleta principal os textos referente ao eixo temático literatura e como secundário o eixo de gramática, como representante da literatura africana, temos o fragmento da prosa moçambicana “Ventos do Apocalipse” de Paulina Chiziane, na página 112; como representante da literatura afro-brasileira temos um fragmento da escritora Carolina Maria de Jesus, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. Não foi encontrado material que contemplasse a cultura ou literatura indígena.

A abordagem dessa temática mostra-se escassa, visto que nenhum dos textos referem-se ao processo de formação do português brasileiros, vislumbrando as influências das línguas africanas. Ao não obtermos sucesso na etapa quantitativa não foi necessário entrarmos na etapa qualitativa, visto que como resultado da busca encontramos zero ocorrência do objetivo a ser pesquisado, textos que contemplam a influência de línguas africanas no processo formativo do português brasileiro.

## 6. PROPOSTA DE REDUÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO MÉDIO

A renovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a partir da modificação das Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, atentando-se, assim, para diversidade social presente em nossa sociedade, procurando inserir nas diretrizes e bases da educação nacional a história e cultura de povos africanos, indígenas e afro-brasileiros. Embora esta modificação tenha por finalidade estabelecer um ensino que valorize a pluralidade cultural, que aborda a diversidade e as manifestações culturais presentes na sociedade, o editorial didático não acompanhou esta modificação devido a falhas presentes na própria lei.

De acordo com Souza (2009), a lei apresenta uma falha ao determinar que os conteúdos devem ser ministrados nas áreas de educação artística, literatura e história, não estendendo o conteúdo às aulas de língua portuguesa. Assim, a lei estabelece que o conteúdo programático que abrange aspectos culturais e históricos que caracterizam a formação da sociedade brasileira, a partir dos grupos étnicos negro e indígena, tendo por objetivo recuperar suas contribuições nas áreas social, econômica e política, ministradas nas disciplinas mencionadas, não cogitando assim que tais povos tenham contribuído para o legado linguístico-cultural de nossa língua, mesmo que “língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente, constituem, na verdade, um único processo complexo [...]” BARBOSA (1981 *apud* ARAGÃO, 2011). Como abordar essa contribuição nessas áreas mencionadas sem abordar a disciplina de língua portuguesa? Como estudar a participação do negro africano sem mencionar sua contribuição para a realidade sociolinguística brasileira?

A própria lei estabelece um ensino deficiente no que diz respeito à contribuição desses povos na formação da sociedade brasileira, tal fato pode ser constatado no editorial didático aprovado pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) que apresenta livros que não conseguem se adequar à lei nem no que esta estabelece, no ensino de literatura, como pode ser visto na seção 5. *Análise do Corpus* deste trabalho. Neste levantamento verificamos que houve uma tentativa de adequação à lei das editoras, visto que os livros didáticos aprovados pelo PNLD 2018 abordam superficialmente a história e a cultura dos africanos, afro-brasileiros e, sobretudo, indígenas a partir de textos de variados gêneros.

No que tange à contribuição desses povos para formação do português brasileiro (doravante PB), em especial os africanos, tal temática nem sequer foi abordada, o que fomenta o desconhecimento do falante em relação ao processo formativo de sua língua, não

considerando que as línguas indígenas e africanas possam ter contribuído para a especificidade da língua portuguesa falada no Brasil. Em tal quesito os falantes, no que diz respeito às línguas indígenas, apresentam um certo conhecimento de que estas tenham contribuições no sistema léxico do PB, porém pouco se discute ou se sabe da contribuição das línguas africanas para PB, quando se sabe, acreditam que esta influência se dá apenas pela inserção de poucas palavras, em geral, ligadas à culinária e a expressões usadas em cultos religiosos.

A não inserção da disciplina de língua portuguesa no estabelecido por lei contribui para a formação desse pensamento limitado, constatando assim a incompletude da lei. Sobre a fragilidade da lei, Souza (2009) relata que não há como estudar contribuição do negro na formação da sociedade brasileira sem considerar sua influência num aspecto tão característico de nossa cultura: a língua. Assim, podemos dizer que as línguas africanas, abordadas na bibliografia acadêmica, fazem parte da história e da cultura brasileira, devendo ser conteúdo integrado, no que tange a suas influências na nossa língua, ao ensino de língua portuguesa.

É importantíssima a abordagem desse tema nas aulas de língua portuguesa, podendo ser abordado em assuntos como história da língua portuguesa ou em variação linguística, pois tal abordagem faz com que o discente reflita sobre sua própria língua, reconhecendo assim o processo formativo dessa e reconhecer que os aspectos extralinguísticos também podem influir sobre as línguas.

Assim, com a ausência de uma produção didática voltada para o tema, cabe ao professor, a partir de estudos, romper o hiato existente entre os estudos acadêmicos sobre o tema e o conteúdo presente na educação básica, produzindo conteúdos que apresentem ao alunado a significativa contribuição dos africanos e dos seus descendentes para formação de nossa língua. A seguir temos um exemplo que uma redução didática que pode vir a ser trabalhada nas aulas de variação, esta seria uma introdução à temática que poderá vir a ser trabalhada em outros momentos do conteúdo programático de língua portuguesa do ensino médio.

Tal redução didática tem por objetivo apresentar introdutoriamente aos discentes o conhecimento referente à especificidade da variante brasileira do português, mostrando que a língua como uma entidade viva ao longo de sua história sofreu influências através do contato intercomunitário, no que diz respeito ao contato com línguas africanas, há estudos que alegam que tais interferências estendeu-se à gramática. Sendo assim, a proposta *Você fala português ou brasileiro?* apresenta, resumidamente, os aspectos sociolinguísticos da comunidade de fala no período da colonização, além de apresentar as hipóteses principais (“influência”, “deriva secular”, “crioulização” e “transmissão irregular”) que surgiram, a partir de estudos do século XX, para justificar a especificidade da língua falada no Brasil, apresentando também

características fonético-fonológicas, morfossintáticas resultantes do contato de línguas. O objetivo geral presente nessa proposta é fazer o aluno refletir sobre sua língua. A seguir a proposta didática:

## Você fala português ou brasileiro?

Entenda as especificidades que diferenciam o português do Brasil (PB) do português de Portugal (PE)

### ➤ Para início de conversa

Você fala português ou brasileiro? Quais aspectos linguísticos (ou extralinguísticos) que justificam a sua resposta?

Considerando a sua concepção de língua, você acredita que as línguas, em especial a língua portuguesa, possuem um caráter homogêneo?

### ➤ Vamos conhecer um pouco da nossa língua

Os três séculos, XVI ao XIX, de comércio transatlântico uniu a história do Brasil a da África, mudando por completo a história e a cultura do nosso país. Aproximadamente cinco milhões de africanos escravizados, devido ao tráfico negreiro, da África Subsaariana: região banto e a região sudanesa, transformaram da estética à culinária, dos costumes à religião, influências numerosas entre as quais se encontra a influência na formação do português brasileiro.

A variante brasileira da língua portuguesa é o resultado da confluência das matrizes linguísticas: europeia, ameríndias e africanas. No que tange às línguas indígenas, línguas do tronco Tupi, suas influências linguísticas desempenham um papel menos significativo do que as línguas negro-africanas na constituição da realidade sociolinguística brasileira, limitando-se a topônimos e antropônimos, sendo assim, suas influências não excedem ao nível léxico.

Assim, as línguas africanas apresentam influências mais expressivas na formação do português brasileiro, possuindo raízes mais profundas, atingindo vários níveis linguísticos.

No século XIX, estudiosos atentaram para a diferenciação linguística da língua falada no Brasil e em Portugal, a princípio, as pesquisas atentaram -se para os africanismos presentes na língua falada no território brasileiro, considerando que a interferência das línguas africanas se restringia ao nível léxico.

A especificidade do português brasileiro foi fruto de um forte debate no século XX, os

estudos a esse respeito se intensificaram, o que fez surgir diversas hipóteses para a justificar a particularidade da variante brasileira da língua portuguesa. As principais hipóteses são: “influência”, “deriva secular”, “crioulização” e “transmissão irregular”. Sobre as quais falaremos a seguir:

➔ **Crioulização:** tal hipótese foi mencionada pela primeira vez por Adolfo Garcia em seu livro *A língua portuguesa*, de 1880. Segundo o autor, o português brasileiro, em sua variante popular, apresenta traços típicos de crioulos, tais como concordância nominal e verbal, variação no uso de flexões verbais, entre outros, assim, esses fenômenos seriam resultados da influência de antigos crioulos falados no Brasil, não mais existentes na atualidade.

Tal hipótese foi fruto de divergência entre os estudiosos, embora alguns autores ocuparam-se dessa hipótese, também não foi bem recepcionada por uma parcela de pesquisadores da área. Tais pesquisadores reconhecem a influência africana no PB, porém não identificam como crioulo, justificando esse posicionamento em alguns elementos como a preexistência de uma língua geral e a não existência de mistura de falantes de línguas africanas distintas, sendo esses elementos traços inibidores para o surgimento de um crioulo.

➔ **Deriva secular:** hipótese apresentada por Naro e Scherre, no livro *Origens do Português Brasileiro*, de 2007, tais

pesquisadores não reconhecem as possíveis influências gramaticais das línguas africanas no PB, os traços típicos existentes no PB seriam consequência da deriva secular das línguas românicas, assim, as estruturas específicas do PB têm sua existência ratificada em dialetos rurais e não padrão do português europeu.

➔ **Transmissão irregular:** hipótese abordada por Lucchesi e Baxter, em 2009, no livro *O português afro-brasileiro*, tal processo se dá a partir de um contexto sócio-histórico de comunidades falantes de línguas distintas, no qual a língua do grupo dominante, língua-alvo, se impõe de modo que os falantes de outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições adversas de aprendizado. Cria-se, assim, uma nova variante da língua-alvo, a partir de mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas, mantendo quase todo arcabouço estrutural da língua-alvo, que nesse caso é a língua portuguesa, apresentando apenas algumas variações em relação à morfologia verbal, ao que se refere a concordância de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número, e flexão de caso dos pronomes pessoais, variações presentes no português popular brasileiro.

Sendo assim, a discrepância entre o português europeu e o português brasileiro poderia ser explicada pelo contato entre a língua portuguesa e as línguas indígenas e africanas, sendo o PB resultado de um contexto sócio-histórico de uma comunidade de fala pluriétnica e multilíngua.



Diferente do que se acreditava no século XIX, que a influência das línguas negro-africanas se restringia ao léxico, no século XX, acreditava-se que, a partir de pesquisas, a especificidade do PB era o resultado de mudanças internas da língua, ocasionadas pelo contato entre línguas, sendo assim, a interferência estendeu-se à gramática, atingindo vários níveis linguísticos: fonológico, morfológico, semântico e sintático.

No que tange a aspectos fonético-fonológico, temos: **iotização** do “lh” / λ / (Ex.: “mulher” [muj’ε]); **semivocalização** do /l/ (Ex.: “alta” [‘awta]); **monotongação** (Ex.: “caixa” [‘kafa]); **ditongação** (Ex.: “mês” [‘mejs]); **palatalização** do t e d, antes de /i, u/ (Ex.: “dia” [‘dʒia]; “tia” [‘tʃia]); **vocalização** do /l/ final em /w/ (Ex.: “Brasil” [bra’ziu]); **apócope** /l/, /r/, e /s/ finais (Ex.: “casar” [ka‘za]); **aférese** (Ex.: “está” [‘ta]); **síncope** do d no grupo nd (Ex.: “comendo” [ku’mênu]); perda da **nasalização** final (Ex.: “comeram” [ku‘meru]); **metátese** do r pós-vocálico, **lambdacismo** e **rotacismo**.

Esses e outros aspectos fonético-fonológicos são atribuídos à influência africana, apesar de alguns estudiosos atribuírem tais fenômenos ao conservadorismo da língua portuguesa, tais fenômenos podem ser percebidos em variantes regionais e/ou sociais do PB.

Outro aspecto característico do português brasileiro, no plano fônico, que o diferencia do português europeu é a prosódia, o PE caracteriza-se por uma pronúncia

consonantal, enquanto a modalidade brasileira possui uma pronúncia vocálica. Como explicar essa diferença prosódica? Tal diferença pode vir a ser explicada na proximidade do sistema linguísticos das línguas africanas trazidas para o Brasil com o português, entre esses aspectos semelhantes temos o sistema de sete vogais orais (a é ê i ô ó u) e uma estrutura silábica (CV.CV), tais aspetos permitiram a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português arcaico.

A nível morfossintático encontramos: (i) supressão da marca redundante de plural; (ii) prótese do s e m na junção de palavras na frase agregando-se à palavra seguinte; (iii) emprego preferencial pela próclise; (iv) dupla negação; (v) uso do *ele* acusativo. Esse e outros aspectos morfossintáticos seriam heranças do contato intercomunitário entre as línguas africanas e o português quinhentista.

No que diz respeito à questão léxico-semântica, acredita-se que a herança linguística africana se restringe a palavras presentes na culinária ou manifestações religiosas dos cultos afro-brasileiros. O que não se sabe é que o português falado no Brasil traz inúmeras palavras de origem africana. Segundo Castro, em *Falares africanos na Bahia (um vocábulo afro-brasileiro)*, temos em nosso sistema léxico 3.517 vocábulos de matriz africana, tais vocábulos distribuem-se de acordo com o campo semântico os quais pertencem: alimentos, culinária, religião, animais, vegetais, doenças, partes do corpo, instrumentos musicais etc. São palavras compartilhadas pelos falantes

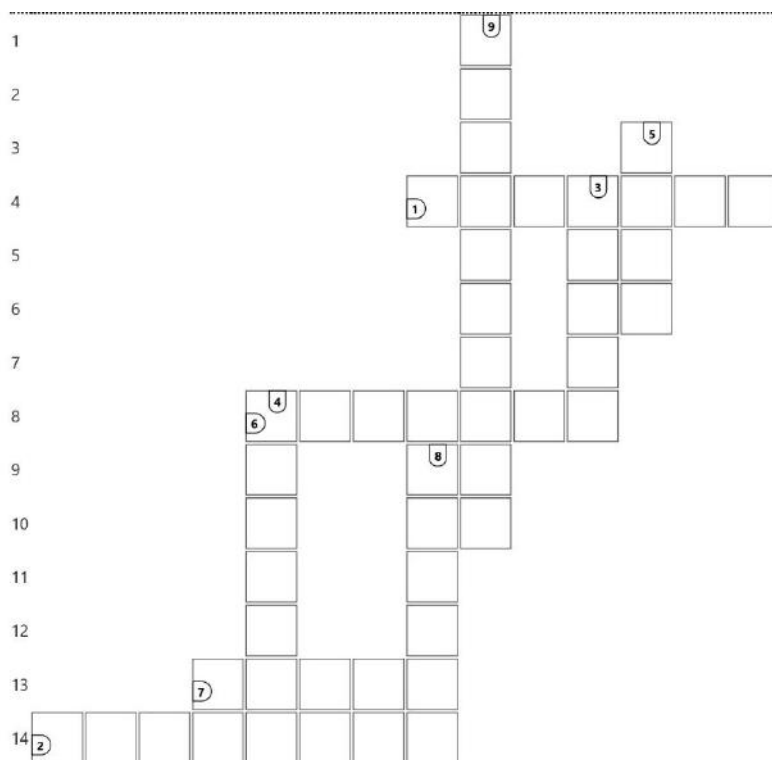
brasileiros, cotidianamente, sem que estes conheçam a sua origem.

Sobre a origem de palavras de matriz africana no nosso idioma, durante o comércio transatlântico, no período do Brasil Colônia, houve a inserção em nosso território de diversas línguas africanas, entre as quais destacam-se as línguas da família niger-congo, que se divide nos grupos banto e oeste-africano. No que diz respeito às línguas de domínio banto, as línguas de maior impacto foram o quimbundo, quicongo e umbundo. As línguas da família kwa (língua do grupo oeste-africano), as línguas nagô-iorubá e ewe-fon (mina-jeje) foram as mais populares

entre os escravizados trazidos para o território brasileiro.

A riqueza vocabular do nosso idioma deve-se principalmente às línguas do grupo banto, isso pode ser explicado no fato do povo banto ser o primeiro a fazer a viagem no tráfico transatlântico e pelo seu maior número de falantes durante o período colonial, e sua difusão por uma ampla área do país legitimam o maior influxo sobre o português. Já as línguas da família oeste-africana, devido à sua inserção tardia em nosso território e concentração territorial, as palavras de origem iorubá restringem-se a vocábulos relacionados à culinária e religião.

### De olho no léxico



1. Comida refinada, petisco.
2. Dormir de leve, cabecear de sono.
3. Vestuário feminino de banho.
4. Filho mais moço.
5. Farinha de milho.
6. Carinho feito na cabeça com as pontas dos dedos.
7. Ritmo popular brasileiro.
8. Agredir por meio de palavras insultuosas, injuriosas; ofender.
9. Pequeno roedor.

Os vocábulos acima se tornaram usuais na língua portuguesa falada no Brasil, e poucas pessoas têm ciência de sua origem. Entre os vocabulários revelados, quais deles você tinha ciência da sua origem? Quais palavras usuais do seu cotidiano você sabe que é de origem africana?

Entre a variante brasileira e portuguesa da língua portuguesa, além do aspecto fônico, quais os aspectos a nível linguístico que as diferenciam? Exemplifique.

Considerando os aspectos extralinguísticos, de acordo com o mapa, o que justificaria o grande influxo de bantuísmos lexicais no PB?

Ainda de acordo com o mapa vemos a presença de uma língua não mencionada neste trabalho, pesquise sua origem (tronco, família linguística) e sua influência na variante brasileira da língua portuguesa.

#### Mapa etnolinguístico africano no Brasil



Fonte: Blog Monabantu Nacional

**Bibliografia recomendada:**

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.(org.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 15-62. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/314976/mod\\_resource/content/1/L%C3%ADngua%20africanas%20e%20o%20portugu%C3%AAs%20falado%20no%20Brasil](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/314976/mod_resource/content/1/L%C3%ADngua%20africanas%20e%20o%20portugu%C3%AAs%20falado%20no%20Brasil)

CASTRO, Y. P. de. Marca africana no português brasileiro. *Revista Africanias.com*. Salvador: UNEB, n.1, p.1-7, 2011. Disponível em:

[http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n\\_1\\_2011/ac\\_01\\_castro.pdf](http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_castro.pdf)

**Referências Bibliográficas:**

ARAGÃO, M. S. S. de. Africanismo no português do Brasil. *Revista de Letras*. Vol. 30 1/4 - jan. 2010/dez. 2011, p.7-16.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.(org.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 15-62.

\_\_\_\_\_. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.(org.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 101-144.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E.(org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.141-155.

CASTRO, Y. P. de. Marcas de africana no português do Brasil: o legado negroafricano nas Américas. *Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura*. São Cristóvão: UFS, v. 24, p.11-24, 2016. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/5398>

, acesso em 12 de janeiro de 2019.

MARANHÃO, S. de M. A linguística brasileira e a influência de línguas africanas no português do Brasil. *Entrepalavras*, Fortaleza, v.7, p. 568-590, ago./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.7.2.568-590>

, acesso em 19 de junho de 2019.

Em suma, a inserção nas aulas de língua portuguesa do estudo das influências linguísticas africanas no português brasileiro, promovendo uma reflexão a respeito da história do português brasileiro, contribuiria para extinguir a concepção errônea de que tais influências

restringiram-se ao léxico, além de atentar para sua impactante contribuição, considerando os demais aspectos linguísticos, na constituição da realidade sociolinguística brasileira

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, para entender a realidade sociolinguística brasileira, torna-se fundamental a inserção, na educação básica, do conteúdo que aborda a contribuição dos africanos escravizados para a constituição do português brasileiro. Embora seja um assunto de relevância na academia, tais pesquisas não ressoam na educação básica, constando o hiato entre as pesquisas acadêmicas e o ensino nas escolas.

A renovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, modificada pela Lei nº 10.639, passando a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e africana”, nos currículos da educação básica, complementada pela Lei nº 11.645, acrescentando, ao lado do grupo étnico dos negros, o estudo sobre os indígenas. Tal fato não foi o suficiente para implementação de tais estudos, pois a lei restringe que os conteúdos referentes à contribuição dos africanos e dos indígenas nas áreas social, política e econômica devem ser ministrados nas áreas de educação artística, literatura e história, não estendendo esse ensino às aulas de língua portuguesa.

Não há menção específica na Lei nº 11.645 sobre a contribuição dos africanos e seus descendentes para a constituição do português brasileiro, não há como estudar a participação do negro nas áreas cultural e social sem considerar sua considerável influência na nossa língua, visto que língua é a parte integrante do contexto sociocultural de qualquer sociedade. Assim, este trabalho teve por objetivo refletir sobre os estudos acadêmicos acerca da contribuição do contato entre línguas para a formação do português brasileiro e sobre o alcance de tais estudos no ensino de língua portuguesa nas escolas.

Para auxiliar nessa empreitada elencou-se o livro didático como *corpus* para nossa pesquisa, sendo este considerado um importante instrumento de ensino, muitas vezes, principal instrumento didático utilizado nas escolas públicas, sendo assim, procurou-se avaliar a aplicabilidade da lei nos livros aprovados pelo Programa Nacional de Livros e Material Didáticos - PNLD-, nos aprovados no ano de 2018, procurou-se textos dentro da área exigida pela lei, literatura, e textos que abrangem a temática referente a esse trabalho.

Como resultado, vimos que o editorial didático, mesmo aprovado pelo PNLD 2018, que tem por um de seus critérios a adoção da lei em seu conteúdo, aborda minimamente o solicitado por lei, apresenta poucos textos, literários e não literários, sobre a história e a cultura dos africanos, afrodescendentes e, sobretudo, indígenas, apresentam uma abordagem superficial.

Não apresenta textos que explorem a temática acerca da origem e da influência dos povos africanos na constituição sociolinguística brasileira. Ao não encontrar tal conteúdo, mesmo constatando sua importante relevância para o entendimento de quem somos como povo e sobre a nossa língua, verificamos um lapso da lei no que diz respeito a esse assunto, destinando ao docente tal missão. Assim, cabe ao educador introduzir o conhecimento relativo às questões sócio-histórico-culturais, destacando a importância da contribuição linguística de matriz africana para formação do português brasileiro, para assim despertar no discente um ensino reflexivo, distante de preconceitos, sobre a nossa língua e suas particularidades que a diferem do português de Portugal.

Assim temos falantes que não reconhecem os parâmetros de sua língua, assim como desconhecem a sua origem, seu processo formativo, fazendo comparativos com o português de Portugal, sem considerar as influências e o processo evolutivo que o separam do português do Brasil, entre esses temos a influência das línguas ameríndias e, sobretudo, as africanas, que diferente das línguas indígenas que suas influências não excedem o nível léxico, as LAs apresentam um maior influxo sobre o PB, apresentando influência fonético-fonológica, morfossintáticas que podem ser facilmente percebidos em variantes regionais e/ou sociais do PB.

Diante desse fato, com o objetivo de desestigmatizar a concepção equivocada de que as LAs tenham apenas influências a nível lexical, empréstimos de alguns vocábulos relacionados à religião e à culinária, buscou-se produzir uma redução didática para educação básica, especificamente para o 1º ano do ensino médio, que abordasse, mesmo que prototipicamente, uma introdução ao estudo da contribuição das línguas negro-africanas para a formação do português brasileiro.

Tal proposta didática tem por objetivo apresentar introdutoriamente ao alunado o conhecimento referente à especificidade da variante brasileira do português, a partir de seu processo formativo através do contato intercomunitário, no que diz respeito ao contato com línguas africanas, tais interferência estendeu-se à gramática. Sendo assim, a proposta *Você fala português ou brasileiro?* apresenta, resumidamente, os aspectos sociolinguísticos da comunidade colonial, além de apresentar as hipóteses principais que surgiram e guiaram as pesquisas no século XX, não apresentando somente estudos que afirmam esta influência como apresentando hipóteses que creditam a especificidade da língua falada no Brasil como sendo um conservadorismo inerente à própria língua portuguesa. O objetivo geral da proposta é promover um ensino reflexivo da língua, considerando não somente aspectos linguísticos, mas

também aspectos extralinguísticos, como esses podem vir a resultar em mudanças internas da língua, ocasionadas, neste caso, pelo contato entre línguas, o português quinhentista e as LAs.

Referente à escolha pelo trabalho introdutório, tentou-se traçar um retrato linguístico de nossa língua, com base na história da língua portuguesa no Brasil, dando destaque a contribuição linguística africana na formação de nossa língua, visto que com a falha presente na lei, este possa ser o primeiro contato do discente com estes estudos, tornando este discente um falante consciente sobre sua língua que consegue refletir sobre as variantes presentes em nossa sociolinguística, embora seja um trabalho introdutório este pode servir de bases a outras propostas, por exemplo, o ensino de variação em concordância nominal, utilizando de contexto extralinguísticos que podem justificar tal fenômeno, entre outras possíveis adequações.

De encontro a lei que apresenta a contribuição dos africanos no que tange à questão sociocultural, política e econômica, desassociando a língua deste processo, por restringe que tais contribuições devem ser ministrados nas áreas de educação artística, literatura e história, e não estendendo o às aulas de língua portuguesa. Constatou-se com este trabalho que investigar o influxo das línguas africanas no PB, não apresenta repercussão não somente na história da língua portuguesa no Brasil, mas também na própria cultura brasileira.



## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M; PONTARA, Marcela. *Português: contexto, interlocução e sentido*. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2016. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/002899327289d21dd4ac6?authid=mpRdTMc0AFTW> , acesso em 8 de janeiro de 2019.

ALKMIM, T; PETTER, M. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.(org.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 145-178.

ALMEIDA, S. L. de. Raça e Racismo. In: \_\_\_\_\_. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. ISBN 978-85-98349-74-9.

ARAGÃO, M. S. S. de. Africanismo no português do Brasil. *Revista de Letras*. Vol. 30 1/4 - jan. 2010/dez. 2011, p.7-16.

BRASIL. Lei 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário da União, Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm), acesso em 20 de novembro de 2019.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm), acesso em 20 de novembro de 2019.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm), acesso em 20 de novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. PNLD 2018: língua portuguesa – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.(org.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 15-62.

\_\_\_\_\_. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.(org.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 101-144.

CAMARA JR. J. M. O léxico português. In:\_\_\_\_\_. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979, p. 189-210.

CASTRO, Y. P. de. Renato Mendonça e “A influência africana no português do Brasil”, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 45-57.

\_\_\_\_\_. Marcas de africania no português do Brasil: o legado negroafricano nas Américas. *Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura*. São Cristóvão: UFS, v. 24, p.11-24, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/5398>, acesso em 12 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Marca africana no português brasileiro. Revista Africanias.com. Salvador: UNEB, n.1, p.1-7, 2011. Disponível em: [http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n\\_1\\_2011/ac\\_01\\_castro.pdf](http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_castro.pdf), em acesso em 12 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Das línguas africanas ao português brasileiro. *Afro-Ásia*. Salvador: UFBA, n.14, p. 81-106, 1983. Disponível em:<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3667/1/12121212.pdf>, acesso em 13 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. A Influência das Línguas Africanas no Idioma Brasileiro. Disponível em <http://brasiliano.wordpress.com/2008/07/09/influencia-das-linguas-africanas-no-idioma-portugues-brasileiro/>, acesso em 14 março de 2019.

CEREJA, W. R.; VIANNA, C. A. D.; CODENHOTO, C. D. *Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://educacaobasica.editorasaraiva.com.br/pnld/edital/pnld-2018/obra/1411280/>, acesso em 8 de janeiro de 2019.

FARACO, C. E.; MOURA, Francisco M. de; MAXUXO Jr, José H. *Língua Portuguesa: linguagem e interação*. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Ática, 2016. Disponível em: <https://www.atिकासcipcione.com.br/pnld/edital/pnld-2018/>, acesso em 8 de fevereiro de 2019.

LIMA, G. Q. B. Línguas africanas: a influência das línguas africanas no idioma brasileiro. *Revista de Humanidades e Letras*. Vol. 1. Nº. 2. Ano 2015 ISSN: 2359-2354

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.41-74. ISBN 987-85-232-0875-2

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.101-124. ISBN 987-85-232-0875-2.

MARANHÃO, S. de M. A linguística brasileira e a influência de línguas africanas no português do Brasil. *Entrepalavras*, Fortaleza, v.7, p. 568-590, ago./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.7.2.568-590>, acesso em 15 de fevereiro de 2019.

MENDONÇA, R. Linguística Africana. In:\_\_\_\_\_. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 37-44.

\_\_\_\_\_. O tráfico. In:\_\_\_\_\_. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 45-57.

\_\_\_\_\_. Povos Negros Importados. In:\_\_\_\_\_. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 59-64.

\_\_\_\_\_. Influência Africana no Português. In:\_\_\_\_\_. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 75-88.

PETTER, M. M. Línguas africanas no Brasil. *África*, n.27-28, 2007, p.63-89. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i27-28p63-89>, acessado em 16 de fevereiro de 2019.

SOUZA, J. A. de. Língua, história e ensino no gingado da capoeira. *Revista Virtual*, n. 1, v.1, p.47-62, 2009. Disponível em: [http://www.uefs.br/colplet/revista/ed01\\_102009/artigo\\_04.pdf](http://www.uefs.br/colplet/revista/ed01_102009/artigo_04.pdf), acessado em 15 de fevereiro de 2019.

TINHORÃO, J. R. Os números da escravidão até o início do século XVI. In:\_\_\_\_\_. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. 2 ed. Lisboa: Caminho, 1988, p.84-93.

\_\_\_\_\_. Contribuição negro-africana para o vocabulário português. In:\_\_\_\_\_. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. 2 ed. Lisboa: Caminho, 1988, p.375-392.